

# PB

PROBLEMAS BRASILEIROS

ANO 58  
AGO/SET 2021

#465

**PANDEMIA AGRAVA  
A FOME NO PAÍS**

**MAIS ARMAS,  
MAIS VIOLÊNCIA**

**ENTREVISTA**

**Sandra Benites**

Indígena curadora do Masp  
fala sobre representatividade

**CIÊNCIA**

**Emergência climática**

Comitê científico faz  
apelo a líderes globais

## Sem oportunidades

VACINAÇÃO MAIS ÁGIL E MELHORA DO AMBIENTE DE NEGÓCIOS  
SERÃO DETERMINANTES PARA REVERTER O DESEMPREGO

R\$15,90





**Procurando uma boa notícia?  
O Senac tem mais de 120 cursos  
on-line, 100% ao vivo, para você  
seguir em frente sempre.**

**Conte com a qualidade de ensino Senac para  
melhorar seu currículo, experimentar uma nova  
área ou mesmo aprimorar um hobby.**

**30% de desconto com opções imperdíveis  
de parcelamento.**



Para saber mais,  
escaneie o QR Code  
ou acesse o site  
[www.sp.senac.br/cursos-online](http://www.sp.senac.br/cursos-online)



FECOMERCIO SP

PRÉSIDENTE Abram Szajman

SUPERINTENDENTE Antonio Carlos Borges

TUTU

www.agenciaturu.com.br

REDAÇÃO

Rua Santa Cruz, 722, 5º andar

CEP 04122-000

São Paulo/SP | (11) 3170-1571

PUBLICAÇÕES

DIRETOR DE COMUNICAÇÃO INTEGRADA Demian Russo

DIRETORA DE CONTEÚDO Elisa Klabunde

EDITOR Lucas Mota MTB 46.597/SP

EDITOR-ASSISTENTE Eduardo Ribeiro

REPÓRTERES Filipe Lopes e Gabriela Almeida

REVISÃO Bruna Baldini e Flávia Marques

DIRETORES DE ARTE Clara Voegeli e Demian Russo

EDITORA DE ARTE Carolina Lusser

DESIGNERS Alberto Lins, Bruck Nogueira, Cintia Funchal, Estêvão Vieira, Jônia Caon e Paula Seco

COLABORAM NESTA EDIÇÃO Agência BORI, Antonio Lanzana, Arthur Galamba, Augusto Filadelfo, Christian Parente, Daniel Buarque, Fabiola Perez, Herbert Carvalho, Luana Melody Brasil, Moura Leite Netto, Nina Rahe, Paulo Delgado e Rodrigo Alencar

RELAÇÕES PÚBLICAS

Maria Izabel Collor de Mello

CAPA

Intervenção de Paula Seco em foto de Karime Xavier/Folhapress

CONSULTORIA DE CONTEÚDO André Rocha

Os artigos publicados são de inteira responsabilidade de seus autores e não refletem a opinião da PB.

Sua publicação tem como objetivo privilegiar a pluralidade de ideias acerca de assuntos relevantes da atualidade.

www.revistapb.com.br

FALE COM A GENTE  
publicacoes@fecomercio.com.br

IMPRESSÃO Pigma



## PB | #465

*Para uma retomada consistente, é preciso articular soluções a fim de frear o desemprego que se instaurou com a pandemia: em fevereiro, havia 14,8 milhões de pessoas sem trabalho, segundo estudo realizado pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Continua. É o maior contingente registrado desde 2012. Desfavorável, o presente quadro nacional pode ser reparado, no entanto, somente com a desburocratização do ambiente de negócios. Deste modo, o setor produtivo pode contribuir para a reativação de novos postos de trabalho.*



Quer ficar por dentro das nossas novidades?

Assine a nossa newsletter. Basta apontar o seu celular para este código QR.

www.revistapb.com.br

@pbrevista

@pbrevista

@pb\_revista

@fecomerciosp



OUÇA O NOSSO PODCAST! DISPONÍVEL NO SITE DA REVISTA, DEEZER, SPOTIFY E SOUNDCLOUD.

Miranha — Johann Baptiste von Spix, Carl Friedrich Philipp von Martius (1823)



Temporada de oito entrevistas com estudiosos de todo o mundo sobre o cenário brasileiro

No Canal **UM BRASIL** e no podcast da **Revista PB**

SIGA NAS REDES

@canalumbrasil @pbrevista

**UM BRASIL**, plataforma multimídia que promove o diálogo permanente sobre os principais assuntos do País e **PB**, revista que há quase 60 anos retrata as realidades brasileiras, se unem na produção desta série inédita.

UM BRASIL + PB

APRESENTAM A SÉRIE **BRASIL VISTO DE FORA**



ACESSE O CONTEÚDO POR MEIO DO CÓDIGO QR

APOIO CULTURAL

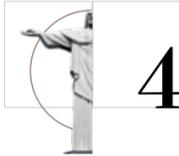
revista **piauí**

REALIZAÇÃO

FECOMERCIO SP

TUTU

BRASIL VISTO DE FORA

	<b>8</b> Capa <u>PANDEMIA ESCANCARA A URGÊNCIA DO DESEMPREGO</u>	
<b>14</b> Entrevista <u>SANDRA BENITES: A PRIMEIRA INDÍGENA CURADORA DE UM MUSEU BRASILEIRO</u>		<b>18</b> Ciência <u>COMITÊ ORIENTA LÍDERES GLOBAIS SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS</u>
	<b>20</b> Segurança <u>A POLÍTICA ARMAMENTISTA E OS IMPACTOS NO FEMINICÍDIO</u>	
<b>26</b> Site PB <u>OS JOVENS SEM ESPERANÇA E A IMAGEM DO PAÍS LÁ FORA</u>		
<b>34</b> Biblioteca <u>SIMON SCHWARTZMAN REFLETE SOBRE POLÍTICA, CIÊNCIA E EDUCAÇÃO</u>		<b>28</b> Desigualdade <u>FOME VOLTA À ROTINA DOS MAIS POBRES</u>
<b>36</b> Artigo <u>"ANTICLÍMAX AMBIENTAL", POR DANIEL BUARQUE</u>		<b>37</b> Artigo <u>"EDUCAÇÃO CIENTÍFICA E JUSTIÇA SOCIAL", POR ARTHUR GALAMBA</u>
<b>38</b> Saúde <u>AUTISMO CARECE DE COMPREENSÃO</u>		
<b>42</b> Artigo <u>"CONJUNTURA FURIOSA E FRÁGIL", POR PAULO DELGADO</u>		<b>43</b> Artigo <u>"DESIGUALDADE NO MUNDO DO TRABALHO", POR ANTONIO LANZANA</u>
		<b>44</b> História <u>CRISTO REDENTOR COMPLETA 90 ANOS</u>
<b>46</b> Brasileiros <u>CASA DE APOIO ACOLHER DO HIV</u>		

## Sinais de alerta

Além das centenas de milhares de mortes, o desemprego é uma das fraturas expostas deixadas na sociedade pela pandemia. Com 14,8 milhões de desempregados identificados pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua, no primeiro trimestre de 2021, o Brasil amarga o pior contingente de desocupados da série histórica do índice, iniciada em 2012.

Apesar das medidas de proteção ao trabalho efetivadas pelos governos terem mitigado estragos ainda maiores, é urgente pôr em prática ações para desburocratizar o ambiente de negócios nacional, de modo a modernizá-lo e a elevar a competitividade das empresas brasileiras. Só assim será possível reativar milhões de postos de trabalho.

Nesse cenário desolador, não se justifica que o Estado promova ajustes estruturais olhando apenas pela ótica da arrecadação. O debate em torno das Reformas Tributária e Administrativa não pode resultar em novo aumento de impostos a uma sociedade que já arca com 32% do Produto Interno Bruto (PIB) de carga tributária explícita, porcentual que se eleva para 35% com as receitas "extraordinárias". Para piorar, a depender das pressões em curso, as mudanças previstas na máquina pública podem ser irrelevantes. Se todo o setor produtivo se adaptou às circunstâncias adversas vivenciadas, por que só o Estado deve permanecer em condições desconexas com a realidade nacional? Agravante também é a constatação de que não há espaço orçamentário para grandes investimentos públicos capazes de induzir a geração de empregos.

Ao menos nos próximos cinco anos, a redução do desemprego será lenta. A consolidação do comércio eletrônico e as mudanças nos hábitos de consumo e de convívio social tendem a impactar a mão de obra em setores como o de serviços.

Nesta edição de **PB**, fizemos uma fotografia do ambiente laboral brasileiro. Somados à vastidão de desocupados, há dois grupos preocupantes: os subutilizados, cuja mão de obra é desperdiçada, e os desalentados, que já desistiram de buscar uma colocação.

Também abordamos questões agravadas pela pandemia, como a insegurança alimentar, presente na vida de 116,8 milhões de pessoas. Ciência, sustentabilidade e saúde são alguns dos demais assuntos. Com tudo isso, uma coisa é certa: não podemos nos conformar com a desordem. A vacinação precisa representar uma virada de página nos rumos do País.

**ABRAM SZAJMAN**, presidente da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (FecomercioSP), entidade gestora do Sesc-SP e do Senac-SP

## PROCURA-SE: EMPREGO

---

**Crises como a que atravessamos, inevitavelmente, trazem consigo outras problemáticas. Com os impactos no setor produtivo e na saúde pública, veio à tona o aumento do desemprego. Agora, a vacinação sinaliza potencial para a retomada econômica. No entanto, o Brasil encontra pelo caminho os desafios de reduzir o inchaço da máquina pública e promover reformas sem aumento de impostos. O resultado esperado: a reativação de milhões de vagas de emprego.**

---

texto LUANA MELODY BRASIL



# U

Um possível ganho de fôlego no cenário econômico brasileiro, a ensaiar seus primeiros passos nos próximos meses, como reflexo do aumento do número de pessoas imunizadas contra o covid-19, só depende de estratégias bem consolidadas, defendem especialistas. Agora, governos, empresas e trabalhadores têm pela frente um horizonte aberto, em que será preciso saber tomar decisões importantes. Para que o País consiga superar a crise, os caminhos passam não só pela contratação, mas por um melhor aproveitamento de profissionais, como Silvia Lafaiete, 42 anos, moradora da comunidade de São Miguel, no município de São Mateus (ES), que é uma das 33,3 milhões de pessoas subutilizadas no Brasil. São subutilizados – ou “mão de obra desperdiçada” – os desempregados, os que trabalham menos horas do que gostariam (ou poderiam) e quem não busca emprego, mas gostaria de trabalhar. Este último perfil representa Silvia, que é pescadora artesanal, profissão que, para ela, é “um dom que Deus deu”.

Ela deixou de exercer essa atividade em 2017, quando a região onde pescava foi atingida pela lama de rejeitos tóxicos de minério de ferro oriundos da barragem de Fundão, que rompeu

## SEM TRABALHO, NEM ESPERANÇA

14,8 MILHÕES  
de brasileiros estão  
desempregados

33,3 MILHÕES  
de pessoas estão  
subutilizadas

6 MILHÕES  
estão desalentadas

851 MIL  
jovens estão desocupados

em Mariana (MG) em novembro de 2015. “Aqui, na comunidade, somos povo tradicional da pesca. Eu pegava muito siri, muito robalo e outros animais de águas doce e salgada. Mas minha renda foi caindo, porque mesmo quando eu pescava, não conseguia vender”, lembra.

Com a falta do pescado, Silvia passou a se dedicar ao extrativismo da semente de aroeira, também conhecida no mercado como pimenta-rosa, e do mel da mesma árvore. “Minha vida é de ‘peão’: pego ônibus cedo e passo o dia todo no mato catando pimenta-rosa, a semente da aroeira. O valor do quilo é R\$ 1,50. É preciso catar muita aroeira para conseguir R\$ 80 ou R\$ 100.” Essa renda, porém, é incerta, pois depende das estações e das condições climáticas: “No frio, o mel da aroeira cristaliza, vira açúcar, tenho que esperar a época de calor – que tiro, no máximo, 5 litros e às vezes vendo por R\$ 30 o litro. Com a semente e o mel, não chego a tirar um salário mínimo por mês. É só o básico para viver”.

A pescadora chegou a receber o auxílio emergencial de R\$ 600 do governo federal em 2020, mas foi rejeitada quando tentou se recadastrar em 2021. Atualmente, ela conta com o apoio de movimentos sociais e religiosos, de quem recebe cestas básicas. Silvia está subutilizada porque gostaria de voltar a trabalhar na profissão de pescadora. “Até posso seguir outra profissão, mas não quero abandonar a pescaria, porque está no meu sangue, na minha tradição. O que mais quero é voltar à minha atividade”, destaca, entristecida.

O drama da pescadora capixaba ilustra a urgência de políticas e iniciativas dos setores público e privado para oferecer mais oportunidades. Há 14,8 milhões de pessoas buscando trabalho, o que representa uma taxa de desemprego de 14,7% no trimestre fechado em abril. O levantamento, divulgado em 30 de junho, foi realizado pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). É o maior contingente de pessoas desempregadas registrado desde 2012, no início da série histórica da Pnad.

Além da alarmante quantidade de pessoas sem ocupação, há ainda dois grupos que se destacam no levantamento: os subutilizados, como a pescadora Silvia, e os desalentados. A população subutilizada, que atingiu a marca de 33,3 milhões de pessoas, amarga o maior número da série histórica, crescendo mais do que o número

de pessoas ocupadas, com um aumento de 2,7%. Por sua vez, os desalentados, que são aqueles que desistiram de procurar trabalho em decorrência das condições estruturais do mercado, somaram 6 milhões de pessoas, permanecendo como o maior patamar da série histórica [veja o box ao lado].

Na perspectiva dos especialistas consultados pela *Problemas Brasileiros* (PB), o crescimento econômico do País depende da geração de empregos, e vice-versa. Para eles, é momento de mais incentivo do Estado, com liberação de recursos para atrair investidores. Os economistas também são unânimes em apontar a urgência de um projeto nacional de desenvolvimento econômico, cabendo ao setor público injetar recursos nas esferas produtivas e indicar a direção que o capital deve seguir.

## VACINAÇÃO

De acordo com José Pastore, professor da Faculdade de Economia da Universidade de São Paulo (FEA-USP) e presidente do Conselho de Emprego e Relações do Trabalho (Cert) da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo de São Paulo (FecomercioSP), as crises política, sanitária e econômica que o Brasil atravessa geram incertezas para os investidores, que não sabem quando a economia vai recuperar o ritmo normal.

No caso da crise sanitária, a única solução apontada é a aceleração da vacinação. “Na expectativa de vacinar na casa de milhões por dia, com vacinas suficientes, teremos boas surpresas na área de empregos no segundo semestre de 2021, por volta de outubro”, aposta.

Ainda segundo Pastore, a vacinação representa para a economia uma mudança na psicologia social, pois injeta imunidade e ânimo na população. “A atenuação da disseminação do vírus, que está acontecendo em todos os países que tiveram uma aceleração da vacinação, provoca euforia e segurança na população consumidora, com impacto na economia e na geração de empregos”, frisa.

Com perspectiva semelhante, Roberto Bocaccio Piscitelli, professor de Finanças Públicas da Universidade de Brasília (UnB), nota que a vacinação em massa da população é indispensável para atenuar as crises: “É difícil pensar numa melhoria substancial do quadro econômico do País se a gente não conseguir acelerar o processo de vacinação, para voltar a uma vida normal”. Em paralelo à vacinação, segundo Piscitelli, são necessárias políticas de incentivo à empregabilidade.

## RECURSOS PÚBLICOS E PRIVADOS

Para o professor da UnB, o auxílio emergencial distribuído pelo governo federal durante a pandemia foi importante para garantir uma renda básica para mais de 68 milhões de pessoas que ficaram desamparadas economicamente, em razão das demissões em massa e do fechamento de empresas.

No entanto, segundo o economista, durante o período de retomada do crescimento do País, é necessário um programa de renda mínima mais robusto para viabilizar a estabilida-

## PERFIL DO DESALENTO NO BRASIL EM 2019

Pesquisa coordenada pelo professor João Saboia, do Instituto de Economia da UFRJ, analisou o perfil dominante entre os desalentados no período de 2014 a 2019, quando o País alcançou 4,9 milhões de pessoas nesse grupo.

71%   
do total de desalentados em  
2019 estavam há mais de  
um ano sem trabalhar;

31,4%   
eram “chefes de família”,  
responsáveis pelo domicílio;

55,2%   
eram mulheres;

61,8%   
eram pretos ou pardos;

41,2%   
tinham ensino fundamental incompleto;

63%   
eram moradores de área urbana;

44,4%   
eram jovens entre 14 e 29 anos;

59,9%   
eram moradores da Região Nordeste;

Essa população correspondia, em 2019, a 4,6% da População Economicamente Ativa (PEA) do País.

Fonte: “Desalentados no Brasil – caracterização e evolução no período 2014/2019”. Saboia, João; Baeta, Fernanda; e Gomes, Gustavo. UFRJ, 2020.

## DIFERENÇA ENTRE A PNAD CONTÍNUA E O CAGED

A Pnad oferece uma perspectiva mais abrangente do que os números do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), uma vez que este se limita ao registro da criação de empregos formais, que são aqueles com carteira assinada. De acordo com o Caged, em fevereiro deste ano, o Brasil gerou mais de 400 mil novos empregos formais. O cenário, no entanto, não está completo por não incluir os trabalhadores informais, que representam, hoje, 23,7 milhões do total de 85,9 milhões de pessoas ocupadas no País, segundo o IBGE.

de do consumo interno e a movimentação da economia. “Isso não significa deixar as pessoas dependentes. O setor público deve promover simultaneamente políticas que possibilitem a reabsorção dessas pessoas no mercado de trabalho, com um mínimo de qualificação que dê a elas condições de competirem, de sobreviverem por meio do próprio trabalho.”

Segundo a análise de Pastore, é impreterível a ação estatal voltada aos investimentos como estratégia para a criação de novos postos de trabalho. “Os investimentos abrem a necessidade do trabalho. Quando se constrói uma escola, precisa-se de professores, quando se constrói um hospital, precisa-se de profissionais da saúde”, exemplifica.

Na perspectiva de Antônio Corrêa de Lacerda, presidente do Conselho Federal de Economia (Cofecon) e diretor da Faculdade de Economia, Administração, Contábeis e Atuariais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (FEA-PUC/SP), o crescimento econômico prescinde da ampliação da geração de valor agregado e da criação de oportunidades de trabalho.

“Isso requer uma mudança do cerne da política econômica, corrigindo importantes distorções, como tributação e competitividade, bem como mais ênfase nas medidas e estratégias tanto para o desenvolvimento como para a inserção na economia mundial”, destaca Lacerda. Ele aponta que países como Alemanha, Japão e Coreia do Sul associam o projeto de geração de empregos com o de desenvolvimento econômico, que deve ser prioridade no lugar de ter foco em objetivos como meta de inflação ou de superávit primário – como no Brasil.

Uma estratégia para o desenvolvimento econômico do País, segundo José Dari Krein, professor do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e pesquisador do Centro de Estudos Sindicais e Economia do Trabalho (Cesit), é a indicação dos setores produtivos que devem receber mais investimentos, em virtude da criação de vagas de emprego.

Tendo em vista que a situação fiscal do Estado e o teto de gastos limitam a liberação de recursos pelo setor público, a saída para atrair mais

investimentos e postos de trabalho, apontada por João Saboia – professor emérito da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e ex-diretor do Instituto de Economia (IE/UFRJ) –, passa pelos investimentos privados, “que, por sua vez, são dificultadas atualmente pela crise política”.

O pesquisador considera ainda o aumento da produtividade do trabalho como um fator adicional positivo para a retomada do emprego. “As novas tecnologias tendem a aumentar ainda mais a produtividade. Portanto, em curto e médio prazos, não vejo outra alternativa que não seja uma vigorosa retomada da atividade econômica.”

### GERAÇÃO DE EMPREGOS

Investimentos em infraestrutura e o aquecimento do setor de serviços e lazer, à medida que a pandemia recuar, são as apostas dos especialistas para a criação de novas vagas de emprego em curto e médio prazos. Obras públicas e privadas, além de empresas de setores como eventos e hotelaria, têm a capacidade de gerar um contingente grande de empregos que não exigem muita especialização ou treinamento; isso significa que podem ser preenchidos mais rapidamente. “As obras de infraestrutura, da construção civil, dependem de uma cadeia produtiva longa envolvendo diversos produtos e profissionais, pensando, por exemplo, nas habitações e em saneamento básico”, enumera Pastore.

## “EU PEGAVA MUITO SIRI, MUITO ROBALO E OUTROS ANIMAIS DE ÁGUAS DOCE E SALGADA. MAS MINHA RENDA FOI CAINDO, PORQUE MESMO QUANDO EU PESCOVA, NÃO CONSEGUIA VENDER.”

SILVIA LAFAIETE, pescadora artesanal subutilizada

O setor público, porém, também tem papel fundamental na opinião do professor Piscitelli. “São fundamentais os investimentos em infraestrutura nos setores que geram volume de mão de obra, e, no Brasil, a tradição é que o setor privado siga o público, pois o mercado não cobre os maiores riscos.” Já tratando dos serviços, o professor da UnB vê espaço para investimento privado, sobretudo nos setores que foram mais afetados pela pandemia, como o turismo. Para ele, porém, é preciso que o governo socorra as micros e as pequenas empresas desses setores para que elas sobrevivam e possam efetivamente contratar.

Os especialistas são unânimes em avaliar que há empregos que se tornam obsoletos pela tecnologia, mas que, em paralelo, novas oportunidades de trabalho são geradas pela inovação. Para não ficar de fora quando esta dinâmica acontece, o trabalhador precisa se preocupar permanentemente com a sua formação.

“As novas tecnologias já estão destruindo um grande número de ocupações baseadas no mundo analógico. A grande questão é até que ponto as novas ocupações serão criadas num volume suficiente para que não haja explosão do desemprego”, pontua Piscitelli. O professor da UnB também ressalta que a responsabilidade por esse aperfeiçoamento profissional precisa ser uma política pública, e não apenas um objetivo pessoal de cada trabalhador.

### EMPREENDEDORISMO

Para quem não está em uma empresa, há opções de treinamento em serviços como os do Sistema S, mantidos pela iniciativa privada. Há opções voltadas para quem quer ser funcionário e para quem quer abrir o próprio negócio. Foi no Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) que a moradora de Goiânia (GO) Dirce Garcia, de 57 anos, encontrou inspiração para voltar a ser economicamente ativa, após um longo período longe do mercado de trabalho.

Apesar de ser formada em Letras, ela não exerce o magistério e, entre 2006 e 2010, atuou como pequena empresária de confecções em São Paulo, mas desistiu e se tornou dona de casa. “Faltam mais incentivos para o pequeno empresário, porque os juros e os encargos para começar um empreendimento são muito altos.”

Para Dirce, pessoas da sua faixa etária encontram mais dificuldade de se reinserirem no mercado de trabalho, pois são submetidas à concorrência com os jovens que cresceram familiarizados com as novas tecnologias, também conhecidos como “nativos digitais”. O desalento no qual Dirce se encontrava, porém, teve uma virada em julho deste ano, quando surgiu a necessidade de produzir renda própria: “Busquei cursos e consultorias do Sebrae para desenvolver meus trabalhos artesanais, de crochê e tricô. Ser artesã me dá prazer, me motiva a ser produtiva

e estou mais confiante de que será possível ter o meu próprio negócio, a partir do meu trabalho”.

### JUVENTUDE E TRABALHO

Lar de 50 milhões de pessoas com idade entre 15 e 29 anos, o Brasil ainda conta com esse “bônus demográfico”, que representa uma grande população produtiva para o País. O entrave é que não há oportunidades para todos. “O problema para absorver um jovem é que ele não tem experiência, e os encargos sociais de contratação são altos”, observa Pastore. “No atual mercado de trabalho, está sobrando gente com experiência. Para pagar os mesmos encargos sociais, o empregador prefere uma pessoa experiente. É necessário reduzir os encargos sociais de contratação de jovens.”

Do ponto de vista do pesquisador José Dari Krein, esse estímulo do Estado deve ser acompanhado de projetos articulados com o setor privado, a fim de garantir que as pessoas exerçam atividades nas quais sintam que estão contribuindo para a sociedade. Um caminho para essa juventude está na combinação da oportunidade do primeiro emprego com a qualificação profissional, segundo o professor da UFRJ, João Saboia. “Um bom curso técnico, com as melhores e mais modernas técnicas disponíveis, é um espaço para que o setor privado se envolva na formação profissional dos jovens.” Saboia lembra que já existem algumas iniciativas sendo elaboradas pelo governo federal na mira da inserção dos jovens no mercado de trabalho, como o Bônus de Inclusão Produtiva (BIP) e o Bônus de Incentivo à Qualificação (BIQ).

Nada disso, entretanto, será capaz de sanar o problema se o governo optar por concentrar os debates em torno das reformas Tributária e Administrativa no aumento da arrecadação de impostos, bem como na manutenção de privilégios estatais. Assim, o País continuará a conviver com déficit fiscal, além de uma atividade econômica lenta, atrapalhada por disparidades de crescimento. A realidade é clara: o orçamento estatal não consegue mais arcar com investimentos geradores de emprego. Precisamos cortar gastos, modernizar a máquina pública e facilitar o ambiente de negócios.

&

## SANDRA BENITES

entrevista  
NINA RAHE

PRIMEIRA CURADORA INDÍGENA CONTRATADA POR UM MUSEU BRASILEIRO, À FRENTE DA PESQUISA PARA O PROJETO HISTÓRIAS INDÍGENAS, NO MUSEU DE ARTE DE SÃO PAULO ASSIS CHATEAUBRIAND (MASP) – PROGRAMADO PARA 2023 –, **SANDRA BENITES**, DA ETNIA GUARANI-ÑHANDEVA, QUER CONTRIBUIR PARA QUE OS POVOS ORIGINÁRIOS SEJAM, ENFIM, ESCUTADOS E RECONHECIDOS. ANTES DE ASSUMIR O CARGO, EM 2019, FOI PROFESSORA DO ENSINO FUNDAMENTAL EM ARACRUZ, NO ESPÍRITO SANTO, COORDENADORA PEDAGÓGICA NA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO EM MARICÁ, NO RIO DE JANEIRO, E É DOUTORANDA EM ANTROPOLOGIA SOCIAL PELO MUSEU NACIONAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (UFRJ). ELA GARANTE QUE A ACADEMIA NÃO A COLOCA DISTANTE DOS ENSINAMENTOS DA ALDEIA: É FORTALECIDA POR ELES QUE PRETENDE DESCONSTRUIR UMA NARRATIVA CENTRADA NO DISCURSO COLONIZADOR.

**Você já mencionou que as mulheres Guarani têm voz, mas só se impõem quando ficam mais velhas. Pode contar como conseguiu impor a sua voz e quais foram os obstáculos para isso?**

Foi com 25, 27 anos que comecei a participar de cursos, encontros de professores, e a partir daí tive de aprender a me posicionar em determinadas situações. Fiz o curso de magistério em 2003, e quem dava aula para a gente não eram só indígenas, a maioria era não indígena. Às vezes, eles apresentavam propostas, e sentia que a gente tinha que se posicionar e falar como gostaria que fosse. Lembro que minha avó falava para as meninas que elas tinham que ter coragem, e o empoderamento da mulher Guarani é ter coragem de falar. Carreguei muito isso comigo e comecei a falar do meu jeito, mesmo não sabendo muito bem o português. Para nós, existem os *tekos* dos homens, das mulheres, dos adolescentes. É a forma de se colocar no mundo, de ser, e eu percebi que se nós, mulheres, não falarmos, a atenção se voltará para a voz masculina, e a voz masculina nem sempre entende as especificidades das mulheres. Então, muitas vezes eu queria falar sobre o *teko* das mulheres, porque ao não se olhar para esta especificidade de forma mais profunda, ela se torna generalizada. É importante se posicionar para que a gente não seja apagado.

**Você foi educada pela sua avó e chegou a dizer que, ao acompanhá-la, se construiu como *kunhã py'a guasu* [mulher com sentimento de coragem]. Quais foram os principais ensinamentos dela?**

Ela é uma referência para mim e me ensinava rigidamente como chegar à casa do outro. Lembro-me de que as pessoas a procuravam, de noite, de dia, quando uma mulher estava em trabalho de parto. Gostava de acompanhá-la, as comadres ofereciam coisas, mas ela não ganhava dinheiro, ganhava cuidado, e eu carregava até meu potinho de água. Como a gente não tinha água encanada, as famílias tinham que buscar água longe, e ela me ensinava a levar a minha para não ter que pedir para os outros. Eu fazia tudo direitinho e ela me ensinava muito sobre como



Rodrigo Alencar/Masp

se comportar diante do outro. Acho que essa rigidez, eu aprendi, mas quando cheguei na cidade, comecei a observar esse outro e aos poucos tive de aprender a falar muito. Participava de eventos, passeatas, marchas, as manifestações que apareciam, e tudo isso foi me encorajando, pensando no ensinamento da minha avó, de encorajamento. Hoje acham que me tornei *jurua* [não indígena] porque falo muito, mas foi porque houve necessidade. E não acho que me tornei branca, pelo contrário, somei essa força e diria que eu sou mais guarani do que se estivesse só na aldeia. Por estar fora, comecei a buscar mais profundamente o que achava importante dentro da comunidade; e, hoje, esses ensinamentos me ajudam.

**Antes de trabalhar com educação, você trabalhou como agente de saúde e teve um papel importante, por exemplo, para que as mulheres pudessem ter acesso a anticoncepcionais. Como foi esse processo?**

Eu sou de Mato Grosso do Sul, da aldeia Porto Lindo, que é onde estou agora, mas em

2000 fui para o Espírito Santo e, quando cheguei lá, me convidaram para me tornar agente de saúde da comunidade, no município de Aracruz. Comecei a trabalhar grávida, mas, quando meu filho nasceu, fiquei preocupada, porque já tinha quatro e não queria mais. Ter filhos na aldeia era diferente, porque era um cuidado coletivo, mas, pensando na lógica de que vou trabalhar, estudar – e, fora da aldeia, não era assim –, não poderia ter mais filhos. Na época fui pedir para tomar remédio, mas foi negado, porque os médicos eram orientados a não distribuir anticoncepcionais, e foi quando começou minha luta como agente de saúde, porque sabia que outras mulheres também queriam. Acredito que havia a questão de preservar a cultura, mas a gente tem que olhar para a devastação do próprio espaço e a ausência de remédios naturais. Lá, não tinha nem eucalipto, não tinha nem pássaro, e eu consegui tomar remédio natural somente porque minha mãe me mandava da aldeia Porto Lindo, mas também optei pelo uso do anticoncepcional porque tinha urgência.

**Dos seus quatro filhos, todos optaram pela universidade. Você os incentivou?**

Embora eu tenha essa preocupação de manter alguns costumes, a gente precisa avançar em espaços que não são nossos, como a academia, por exemplo. Casei-me com 16 anos, tive minha primeira filha com 18, e as minhas filhas tiveram filhos com 23 anos. Elas já avançaram um pouco diante do costume guarani, e isso não é ruim. Na universidade, você não pode ter um monte de filhos; se você vai morar na cidade, o espaço é pequeno e é difícil morar com uma criança num apartamento: elas precisam brincar, pisar no chão, ter autonomia. Mas para você discutir a autonomia das crianças, precisa chegar à universidade. É assim que entendo a política dos *jurua*s, a universidade como lugar para discutir os nossos silenciamentos. Minhas filhas já terminaram o estudo, mas meus dois filhos estão na graduação, enfrentando dificuldades, mas enfrentando. Conseguiram acessar esses espaços pelas cotas, mas é um lugar de elite, e eles têm dificuldade de acompanhar o processo e a rigidez dos próprios conteúdos que não levam em consideração os costumes. Um deles pensou até em desistir. Ele é muito calado, tem o costume de escutar, não rebater, e na universidade você precisa mostrar e comprovar.

**Quando decidiu cursar Antropologia, você disse que foi motivada pela vontade de não ser mais uma mera informante, mas poder analisar, refletir e criticar as teses que abordam o povo guarani. Qual é a importância de ocupar esse lugar?**

É um desafio se tornar uma pesquisadora do seu próprio povo, do seu entendimento, do seu próprio corpo, porque é diferente de um pesquisador que olha de fora para dentro. Hoje, me vejo entre a aldeia e a cidade; meu corpo é como se fosse uma ponte entre estes dois mundos. Nesse sentido, acho muito importante a nossa sabedoria enquanto mulher. Quando cheguei à universidade, a primeira coisa que observei é que as mulheres não são vistas como tal, a universidade foi arquitetada para o corpo masculino. Quando nós, mulheres Guarani, estamos



**ACEITEI O CONVITE [DO MASP], E VEIO UMA CHUVA DE PERGUNTAS SOBRE O QUE VOU FAZER, O QUE VAI MUDAR. HOJE, DIRIA QUE NÃO VOU MUDAR NADA, QUE ESTOU ALI PARA SOMAR. VOU SOMAR ENQUANTO MULHER INDÍGENA.**

no período menstrual, a gente respeita o nosso corpo, porque é a base fundamental da nossa saúde como mulher. A gente se coloca onde se sente bem acolhida, não tem essa pressão de ter que fazer alguma coisa nesse período. Agora, nas universidades, vai falar isso para os professores e achar que eles vão dar ponto... Não dão. Acho que é uma violência contra a mulher, e pensei isso a partir da minha perspectiva. Comecei a observar que esses lugares não foram feitos para as mulheres, que não estão sendo respeitadas. Eu estou com 47 anos, já estou parando de menstruar, mas não significa que não vou lutar pelas mulheres que menstruam. Não posso ser considerada como minha avó, uma parteira, sábia, conselheira, mas me considero uma mulher fortalecida e parceira de outras mulheres, indígenas ou não.

**A princípio, você pensou em recusar o convite feito pelo Masp. Por qual motivo?**

O próprio diretor do Museu de arte de São Paulo Assis Chateaubriand (Masp), Adriano Pedrosa, me ligou, conversou comigo e fiquei pensando que, na verdade, não sabia lidar com isso. A minha questão era: como vou representar todos os indígenas brasileiros? Este é meu desafio e, por isso, fiquei confusa, com medo de não dar conta dos anseios dos parentes. Comuniquei alguns amigos não indígenas, artistas indígenas e me falaram que eu poderia, sim, ocupar aquele espaço, que isso já era alguma coisa e que deveria ser ocupado há muito tempo. Então aceitei o convite, e daí veio uma chuva de perguntas sobre o que vou fazer, o que vai mudar. Hoje, diria que não vou mudar nada, que estou ali para somar, e a soma de experiências é importante. Vou somar enquanto indígena, enquanto mulher indígena, e isso ninguém vai tirar de mim. Eu não conseguiria mudar, até porque é uma instituição que já tem um sistema próprio, e, para mudar, precisa ter a soma de alguma coisa que é diferente. Essa diferença eu vou fazer. Essa diferença, na verdade, sou eu.



# URGÊNCIA PARA SALVAR A TERRA

A Agência BORI é um serviço único que conecta a ciência a jornalistas de todo o País. Na BORI, profissionais cadastrados encontram pesquisas científicas inéditas e explicadas, além de contatos de cientistas de todas as partes do Brasil preparados para atender à imprensa, dar treinamentos e ceder materiais de apoio em áreas específicas. Acesse: [abori.com.br](http://abori.com.br)

Apesar das evidências, pouco está sendo feito para mitigar os impactos das mudanças climáticas em nível global. Motivados pela urgência do tema, um grupo de cientistas de renome internacional na área lançou, em junho, o Climate Crisis Advisory Group (CCAG), sediado no Reino Unido. A meta é fornecer aconselhamento e orientação para líderes globais que busquem fortalecer suas ações de combate à crise climática.

A iniciativa reúne 14 cientistas especialistas de todos os continentes, liderados pelo ex-conselheiro científico do Reino Unido, Sir David King, e tem lançado uma série de análises técnicas regulares sobre os esforços para enfrentar o aquecimento global e as crises de biodiversidade para o público mundial.

“Esperamos que, ao colocar a *expertise* diretamente no domínio público, estejamos alcançando os processos de decisão dos formuladores de políticas, bem como o setor financeiro e como eles investem em nosso futuro”, conta Sir King, ao jornal britânico *The Guardian*. A ideia também busca oferecer orientações propositivas para os governantes e as companhias responsáveis por estas tomadas de decisão em relação ao clima. “Acredito que tenhamos cinco anos para resolver este problema. Começamos a falar seriamente sobre as mudanças climáticas em 1992, mas estamos em uma posição muito pior agora – vendo os gases do efeito estufa aumentarem ano após ano.”

Os relatórios mensais do CCAG, antecipados aos jornalistas brasileiros com exclusividade pela Agência BORI, têm como porta-voz a brasileira a pesquisadora Mercedes Maria da Cunha Bustamante, da Universidade de Brasília (UnB). Para ela, a inclusão de vozes de diferentes regiões na equipe do CCAG, com um vasto conjunto de experiências, pode ajudar a melhorar a percepção pública da urgência do tema.

## CHAMADO PARA A AÇÃO

No primeiro relatório, o grupo convoca ações política e financeira internacionais ágeis para mitigar as consequências das mudanças climáticas por meio de redução de emissões, remoção de gases de efeito estufa e reparação do clima. No documento, o grupo delinea o estado da crise climática e convoca tomadores de decisão internacionais para colaborar e agir em três áreas principais:

- reduzir: as metas atuais de redução das emissões de gases de efeito estufa ainda não são suficientes. As nações precisam triplicar as promessas de redução de emissões para limitar os efeitos da crise climática;
- remover: é preciso ter investimento em grande escala para desenvolver e escalonar técnicas, a fim de remover gases de efeito estufa da atmosfera;
- reparar: pesquisas aprofundadas são necessárias para explorar e investigar métodos e tecnologias seguras, com o objetivo de reparar os danos dos nossos sistemas climáticos.

O grupo oferecerá consultoria científica de ponta em um formato aberto e transparente para os governos, as partes interessadas e o público, com o propósito de catalisar compromissos globais reais e significativos necessários para fazer as mudanças.

“Cada membro é um especialista líder mundial, com conhecimento e capacidade para se dirigir a políticos, instituições financeiras e membros do público mediante um grau de agilidade que nenhum outro órgão internacional de especialistas é capaz, focando em ações reais e tangíveis em relação a mudança climática global, mitigação e reparação para as nossas gerações futuras”, afirma Sir King.

## CONHEÇA OS MEMBROS DO CLIMATE CRISIS ADVISORY GROUP

SIR DAVID KING (PRESIDENTE), UNIVERSIDADE DE CAMBRIDGE  
Foco em alertar governos e instituições em todo o mundo sobre os perigos da crise climática

DR. ROBERT W. CORELL, US GLOBAL ENVIRONMENT TECHNOLOGY FOUNDATION  
Interesse em mudanças climáticas globais e regionais

PROF. QI YE, UNIVERSIDADE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE HONG KONG E UNIVERSIDADE TSINGHUA  
Especialista em política ambiental da China

DR. KLAUS LACKNER, UNIVERSIDADE DO ESTADO DO ARIZONA  
Trabalha com temas como fechamento do ciclo do carbono pela captura do dióxido de carbono do ar e políticas ambiental e energética

PROFA. MERCEDES BUSTAMANTE, UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (UNB)  
Reconhecida por contribuições ao conhecimento ecológico de ecossistemas tropicais ameaçados e suas interações com mudanças induzidas pelo ser humano

PROFA. LAVANYA RAJAMANI, UNIVERSIDADE DE OXFORD  
Especialista na área de legislação ambiental internacional e mudanças climáticas

DR. ARUNABHA GHOSH, CONSELHO DE ENERGIA, MEIO AMBIENTE E ÁGUA  
Especialista em políticas públicas e conselheiro de mudanças climáticas

DR. FATIH BIROL, AGÊNCIA INTERNACIONAL DE ENERGIA  
Especialista e contribuidor para o debate político internacional sobre energia e mudança climática

PROF. DR. JOHAN ROCKSTRÖM, UNIVERSIDADE DE POTSDAM  
Especialista em ciências ambientais com ênfase em recursos hídricos e sustentabilidade global

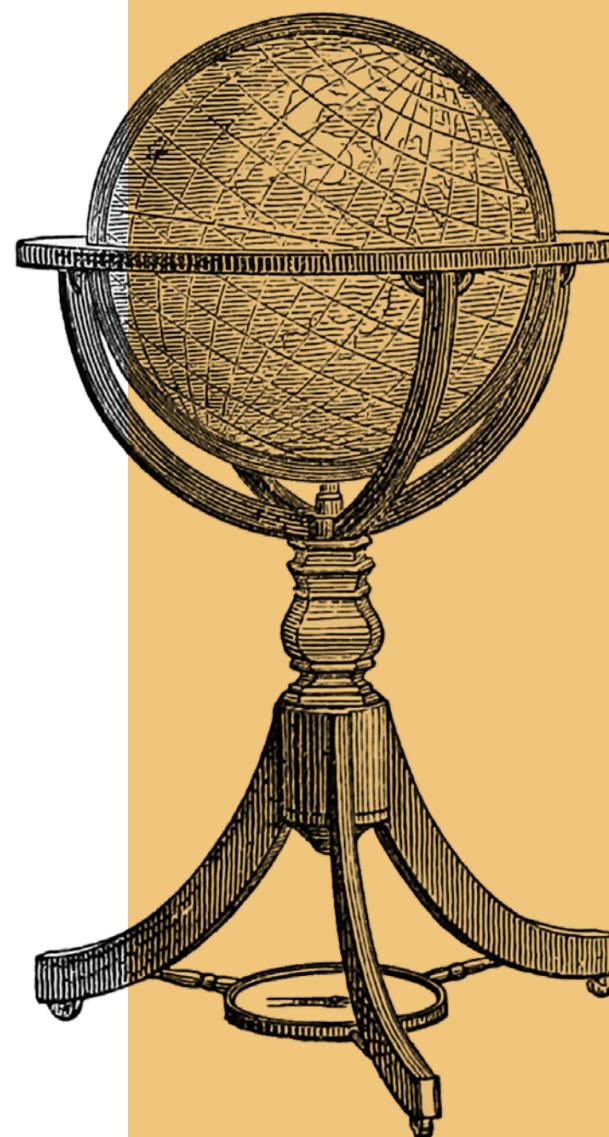
PROFA. LORRAINE WHITMARSH, UNIVERSIDADE DE BATH  
Interesse em percepções e comportamentos quanto a mudanças climáticas, energia e transporte

PROF. NERILIE ABRAM, UNIVERSIDADE NACIONAL DA AUSTRÁLIA  
Especialista em pesquisa cobrindo os impactos das mudanças climáticas, dos oceanos tropicais à Antártica

DR. TERO MUSTONEN, SNOWCHANGE COOPERATIVE  
Especialista em biodiversidade do Ártico e impactos para comunidades locais da região

PROFA. LAURA DIAZ ANADON, UNIVERSIDADE DE CAMBRIDGE  
Especialista em política de energia, clima e inovação, motores da mudança tecnológica e avaliação de políticas

PROF. MARK MASLIN, UNIVERSIDADE LONDON COLLEGE  
Especialista em compreender o Antropoceno e como este se relaciona com os principais desafios da humanidade no século 21





# PAÍS ARMADO

texto FABÍOLA PEREZ | ilustração PAULA SECO



Em um país onde 7 em cada 10 homicídios são cometidos por armas de fogo, a política armamentista adotada pelo governo federal vem provocando um aumento sem precedentes no número de revólveres, pistolas e até fuzis nas mãos de cidadãos comuns. O arsenal de decretos se reflete nos índices de mortes violentas e feminicídios. Além disso, deixa um acervo ainda maior disponível às organizações criminosas e milícias, enquanto a política armamentista do presidente Jair Bolsonaro parece estar exatamente como planejada: entre o primeiro decreto publicado, em janeiro de 2019 – para ampliar o acesso da população aos armamentos – e junho deste ano, um verdadeiro caos normativo tomou conta do País no que diz respeito ao controle de armas e munições.

Já em meio à crise do covid-19, em uma reunião ministerial realizada no dia 22 de abril de 2020, o presidente enfatizou: “Eu quero que o povo se arme”. Hoje, dois anos após a primeira mudança, o Brasil tem 1,515 milhão de armas legais nas mãos de cidadãos. O levantamento, realizado pelo Instituto Igarapé em parceria com o Instituto Sou da Paz, mostra que o número é 65% maior do que o acervo de dezembro de 2018, quando os registros apontavam 697 mil armamentos. “Esse crescimento não tem precedentes, o único comparativo é o fim da década de 1990, quando a taxa de homicídios e a violência urbana aumentaram muito”, afirma Bruno Langeani, gerente do Sou da Paz.

Segundo o estudo, o aumento mais significativo, de 72%, ocorreu nos registros da Polícia Federal (PF) em licenças concedidas a pessoas comuns. O número de armas de fogo passou de 346 mil, em 2018, para 595 mil, em 2020. Já em relação aos armamentos registrados pelo Exército, que compreendem o grupo de Caçadores, Atiradores e Colecionadores (CACs), o crescimento foi de 58%, passando de 351 mil para 556 mil. “As armas comercializadas legalmente migram para o crime e alimentam a criminalidade de uma forma muito rápida”, detalha Isabel Figueiredo, diretora da Secretaria Nacional de Segurança Pública e secretária-adjunta de Segurança Pública do Distrito Federal. Um exemplo da facilidade com que elas deixam o mercado legal é o caso de Lázaro Barbosa, o homem de 32 anos que se tornou *serial killer* do Distrito Federal após matar uma família e ter sido condenado por diversos outros assassinatos em Goiás.

A invasão de Lázaro a chácaras rurais destituiu a declaração de Bolsonaro de que a posse de

armas em casa funcionaria como uma proteção ao cidadão e à família. A realidade expõe o contrário: em um dos dias de fuga, após roubar armamentos em uma residência, o homem baleou um policial durante confronto. “Ter uma arma não significa que a pessoa vá conseguir se defender. Nas casas invadidas, onde os moradores possuíam armas, Lázaro conseguiu praticar o crime que queria. O fator surpresa e a falta de técnica impedem a defesa pessoal”, lamenta Isabel. Felipe Angeli, gerente de Relações Institucionais do Sou da Paz, explica que as armas de fogo são objetos muito visados em roubos a residências e delegacias para serem usados em delitos.

No Brasil, o *Atlas da Violência 2020* mostrou que a política de controle sobre armas de fogo e munições impacta diretamente no crescimento médio anual de homicídios. Entre os anos 1980 e 2003, antes do Estatuto do Desarmamento – lei que dispõe sobre registro, posse e comercialização desses objetos –, o número era de 5,9%. No período, qualquer cidadão com mais de 21 anos podia frequentar estabelecimentos com uma arma. Com a aprovação da lei federal, em dezembro de 2003, o crescimento anual de assassinatos foi de 0,9% até 2018. A legislação proibiu o porte para civis, com exceção de algumas categorias profissionais, e a posse – o direito de se ter uma arma em casa ou no trabalho – passou a sofrer uma série de restrições.

Em relação aos feminicídios, o Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2021 registrou alta de 0,7% no total de vítimas em 2020, que atingiu 1.350 mulheres. Para Isabel, um revólver ou uma pistola dentro de casa age como inibidor de denúncias: “Mais do que um risco, é uma tortura psicológica, um símbolo concreto que coloca a mulher em posição de subserviência ao homem.”

## DECRETOS, INSEGURANÇA E CAOS

Desde que Bolsonaro assumiu a presidência, em janeiro de 2019, foram publicados 14 decretos, 15 portarias, um projeto de lei e uma resolução da Câmara de Comércio Exterior do Ministério da Economia que flexibilizam o acesso a armas e munições. O conjunto de quatro decretos, que entrou em vigor no dia 13 de abril, teve 13 pontos suspensos por meio de uma decisão liminar de Rosa Weber, ministra do Supremo Tribunal Federal (STF).

Com isso, não entrou em vigor a possibilidade de uma pessoa comprar até seis armas de fogo, por exemplo, a prática de tiro desportivo por adolescentes a partir dos 14 anos, e o fim do controle

## PRINCIPAIS MUDANÇAS NA POLÍTICA DE CONTROLE DE ARMAS E MUNIÇÕES NO BRASIL

Fonte: informações do Instituto Igarapé e do Instituto Sou da Paz

### CIDADÃO

#### QUANTIDADE DE ARMAS

**2018** – Armas de uso permitido: 6  
Permissão para compra: 3, no período de um ano  
Uso permitido (desde novembro): 2  
**2020** – Armas de uso permitido: 4

#### TIPO DE ARMAS

**2018** – Uso permitido: armas curtas ou longas e de alma lisa, de repetição ou semiautomáticas  
**2020** – Uso permitido: semiautomáticas ou de repetição de porte, portáteis de alma lisa ou de alma raiada

#### QUANTIDADE DE MUNIÇÕES

**2018** – Unidades por ano/arma: 50  
**2020** – Unidades por ano/arma: 50

#### POSSE

**2018** – Declaração efetiva de necessidade para justificar a compra. O registro autoriza o proprietário a manter a arma exclusivamente no interior da residência  
**2020** – Passa-se a presumir a veracidade dos fatos e das circunstâncias afirmadas na declaração

#### VALIDADE DO REGISTRO

**2018** – 5 anos  
**2020** – 10 anos (registros válidos até a publicação do decreto, em 15 de janeiro, foram automaticamente renovados)

#### PORTE

**2018** – Proibido, salvo casos excepcionais com análise individual  
**2020** – Proibido, salvo casos excepcionais com análise individual

#### VALIDADE DO PORTE

**2019** – 5 anos  
**2020** – 10 anos

### ATIRADORES

#### QUANTIDADE DE ARMAS

**2018** – Atirador nível 3: 16 armas de fogo  
Calibre restrito: 8  
**2020** – Limite para todos os níveis: 60 armas  
Uso permitido: 30  
Uso restrito: 30

#### TIPO DE ARMAS

**2018** – São proibidas armas de calibre 5,7 mm x 28 mm, 5,56 mm, curtas e longas semiautomáticas, de repetição, longas raiadas, espingardas e automáticas  
**2020** – Proibidas armas de fogo de uso proibido, automática e não portátil

#### QUANTIDADE DE MUNIÇÕES

**2018** – Quantidades anuais definidas a partir do nível do atirador  
4 mil a 20 mil cartuchos  
10 a 40 mil cartuchos no Calibre .22  
4 kg a 12 kg de pólvora  
**2020** – Total permitido de:  
180 mil munições por ano  
1 mil munições anuais para cada arma de uso restrito  
5 mil para as de uso permitido

#### POSSE

**2018** – Necessária autorização judicial (para menores de 18 anos)  
**2020** – Não há necessidade de autorização judicial para menores de 18 anos

#### VALIDADE DO REGISTRO

**2018** – 5 anos  
**2020** – 10 anos

#### PORTE

**2018** – Porte de uma arma municada permitido nos deslocamentos do local de guarda do acervo para os locais de competição e/ou treinamento  
**2020** – Atiradores poderão portar uma arma de fogo curta municada sempre que estiverem em deslocamento para treinamento ou competições

#### VALIDADE DO PORTE

**2018** – Vinculado à validade de 3 anos do Certificado do Registro  
**2020** – Vinculado à validade do registro de 10 anos

pelo comando do Exército sobre o acesso dos CACs a munições e acessórios para armas. Antônio Rangel Bandeira, sociólogo e ex-consultor da Organização das Nações Unidas (ONU), vê com preocupação a tentativa de permitir a prática de tiro para jovens desta faixa etária. “É uma geração mais propensa a usar as armas de uma forma mais desequilibrada.”

Apesar de a decisão do STF manter sob controle do Exército o acesso a munições e acessórios para armas, decretos anteriores estabeleceram novos limites para a quantidade de armamentos e munições permitida aos CACs. Até 2018, atiradores tinham acesso a quantidades diferentes de armas de acordo com o seu grau de competição. O limite era de, no máximo, 16 armas, 60 mil munições e 12 quilos de pólvora. Agora, qualquer atirador, independentemente do nível, pode adquirir 60 armas, até 180 mil munições por ano e 20 quilos de pólvora. “O esporte avalia a precisão do tiro, e não a potência; as armas de grosso calibre não são bem-vistas entre os atiradores”, diz Bandeira. Com a flexibilização, o número de clubes de tiros passou de 151, em 2019, para 1.345, no ano passado. “Esporte nenhum envolve essa quantidade de munições”, observa Felipe Angeli.

Entidades de tiro e os próprios colecionadores, atiradores e caçadores podem ser usados pelo crime, já que se ampliou o limite de compra de armas, munições e recargas por pessoa e pelo clube. “Um único atirador pode comprar até 30 fuzis. O trabalho de recrutar laranjas para intermediar as compras fica mais barato e fácil, permitindo até mesmo a montagem de fabriquetas de munições em casa”, exclama Bruno Langeani. O decreto, aponta Bandeira, faria com que os clubes se transformassem em fábricas de munição com as máquinas de recarga. “Munições criadas dessa maneira não são rastreáveis, e o Brasil já é um dos países que menos elucida crimes no mundo.”

O rastreamento completo de armas e munições não está no horizonte presidencial. Em abril deste ano, Bolsonaro revogou três portarias do Comando Logístico do Exército que estabeleciam regras para facilitar o rastreamento desses objetos. Uma delas criava o Sistema Nacional de Rastreamento de Produtos Controlados pelo Exército (SisNaR), que teria como finalidade rastrear armas de fogo e explosivos. Outra determinava que toda munição comprada por órgão público, nacional ou importada, deveria ter código de

## “AS ARMAS COMERCIALIZADAS LEGALMENTE MIGRAM PARA O CRIME E ALIMENTAM A CRIMINALIDADE DE UMA FORMA MUITO RÁPIDA.”

ISABEL FIGUEIREDO, diretora da Secretaria Nacional de Segurança Pública e secretária-adjunta de Segurança Pública do Distrito Federal

rastreabilidade gravado na base dos estojos, reforçando pontos do Estatuto do Desarmamento. O terceiro aspecto trazia a obrigação de estojos para recarga de munição, normalmente utilizados por atiradores desportivos, também possuírem código de rastreabilidade.

#### INTERESSES ESCUSOS DO ARMAMENTISMO

A questão mencionada anteriormente é uma das discussões que Bandeira, um dos autores do Estatuto do Desarmamento, trava no livro *Armas para quê?*. Segundo ele, a liberação do acesso interessa particularmente fabricantes, comerciantes e milícias. O preço do fuzil no mercado ilícito era muito mais alto antes dos decretos em vigor, já que esse tipo de armamento era pouco acessível. “Quem quisesse, teria de roubar de policiais ou das Forças Armadas, o que nem sempre é simples”, diz Langeani. “Por isso, recorria-se muito ao tráfico internacional, mandando laranjas adquirirem as armas em outros países e custeando o tráfico para regiões de atuação das facções criminosas”, explica. Além disso, a pena para o tráfico internacional é alta por se tratar de um crime federal. “Com a liberação para dezenas de milhares de potenciais compradores e

a liberação da importação, as pessoas compram e recebem o fuzil em casa.”

Para Angeli, é preciso analisar a flexibilização de armas por Bolsonaro sob outra perspectiva: “Trata-se de uma dimensão política que dialoga com a radicalização do debate”. Ele e outros especialistas lembram a invasão do Capitólio dos Estados Unidos, no dia 6 de janeiro deste ano, após partidários de Donald Trump serem convocados para protestar contra o resultado da eleição presidencial do ano passado, que deu a vitória a seu opositor, Joe Biden. Na ocasião, o advogado de Trump convocou os manifestantes a resolverem a disputa eleitoral por meio de um combate. “Grupos civis armados têm o papel de provocar o caos e colaborar para a tomada do poder”, argumenta Rangel Bandeira, da ONU. “O desarmamento não apenas salva vidas, mas também garante democracia.” O uso de mira telescópica ou de quebra-chamas, observa o idealizador do Estatuto do Desarmamento, nada tem a ver com defesa pessoal.

&

# SORRISO DE FILHA.

FECOMERCIO-SP

Qualicorp

## PROTEJA O ESSENCIAL

com um plano de saúde  
que cabe no seu bolso.

Só com a Qualicorp e com a FECOMERCIO-SP  
você, **Empregador do Comércio**, tem condições  
especiais na adesão de um dos melhores planos  
de saúde do Brasil.

A partir de:

R\$ **107**<sup>1</sup>

SulAmérica  
Saúde

bradesco  
saúde

Central Nacional  
Unimed

amil

Grupo  
NotreDame  
Intermédica

Ligue:  
**0800 799 3003**

Se preferir, simule seu plano em  
[qualicorp.com.br/oferta](http://qualicorp.com.br/oferta).

<sup>1</sup>R\$106,78 - Plano Smart 200 SP CA CP Enf (registro na ANS nº 477.827/17-8), do Grupo NotreDame Intermédica, faixa etária até 18 anos, com coparticipação e acomodação coletiva, abrangência geográfica de atendimento municipal (tabela de Outubro/2020 - SP). A disponibilidade e as características da rede médica e/ou do benefício especial podem variar conforme a operadora de saúde escolhida e as condições contratuais do plano adquirido. Planos de saúde coletivos por adesão, conforme as regras da ANS. Informações resumidas. A comercialização dos planos respeita a área de abrangência das respectivas operadoras de saúde. Os preços e as redes estão sujeitos a alterações, por parte das respectivas operadoras de saúde, respeitadas as condições contratuais e legais (Lei nº 9.656/98). Condições contratuais disponíveis para análise. Julho/2021.

Os produtos do Grupo NotreDame Intermédica são comercializados pela empresa Clube de Saúde. A empresa Clube de Saúde faz parte do Grupo Qualicorp.

SulAmérica:  
ANS nº 006246

Bradesco Saúde:  
ANS nº 005711

Central  
Nacional Unimed:  
ANS nº 339679

Amil:  
ANS nº 326305

Grupo  
NotreDame Intermédica:  
ANS nº 359017

Clube de Saúde:  
ANS nº 419290

Qualicorp  
Adm. de Benefícios:  
ANS nº 417173



# F

## Fuga de cérebros

Lar de 50 milhões com idade entre 15 e 29 anos, o Brasil se vê diante de um “bônus demográfico” subaproveitado, o que vem gerando uma aguda frustração na juventude em relação ao trabalho, principalmente os mais qualificados. É o que aponta o estudo *Jovens: Projeções Populacionais, Percepções e Políticas Públicas*, do Centro de Políticas Públicas da FGV Social. Dentre outras constatações, os dados mostram uma geração que se considera mais “desanimada” em relação aos futuros profissional, intelectual e de qualidade de vida que o País pode oferecer. O quadro configura o que já vem sendo chamado de “fuga de cérebros”, uma vez que quase metade dos jovens brasileiros gostaria de sair do País. Saiba mais detalhes do levantamento em reportagem publicada no site da **PB**.

## À MARGEM DE TUDO

A população em situação de rua no País chegou a quase 222 mil em março deste ano, segundo pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Boa parte dos sem-teto é formada por trabalhador informal ou desempregado. A propagação do covid-19 só veio agravar a situação de vulnerabilidade. Imagens disponíveis no site da **PB** registram o abandono vivido por estas pessoas na capital paulista, onde, de acordo com sondagem da prefeitura, em 2019, a população de rua somou 24.344 mil.

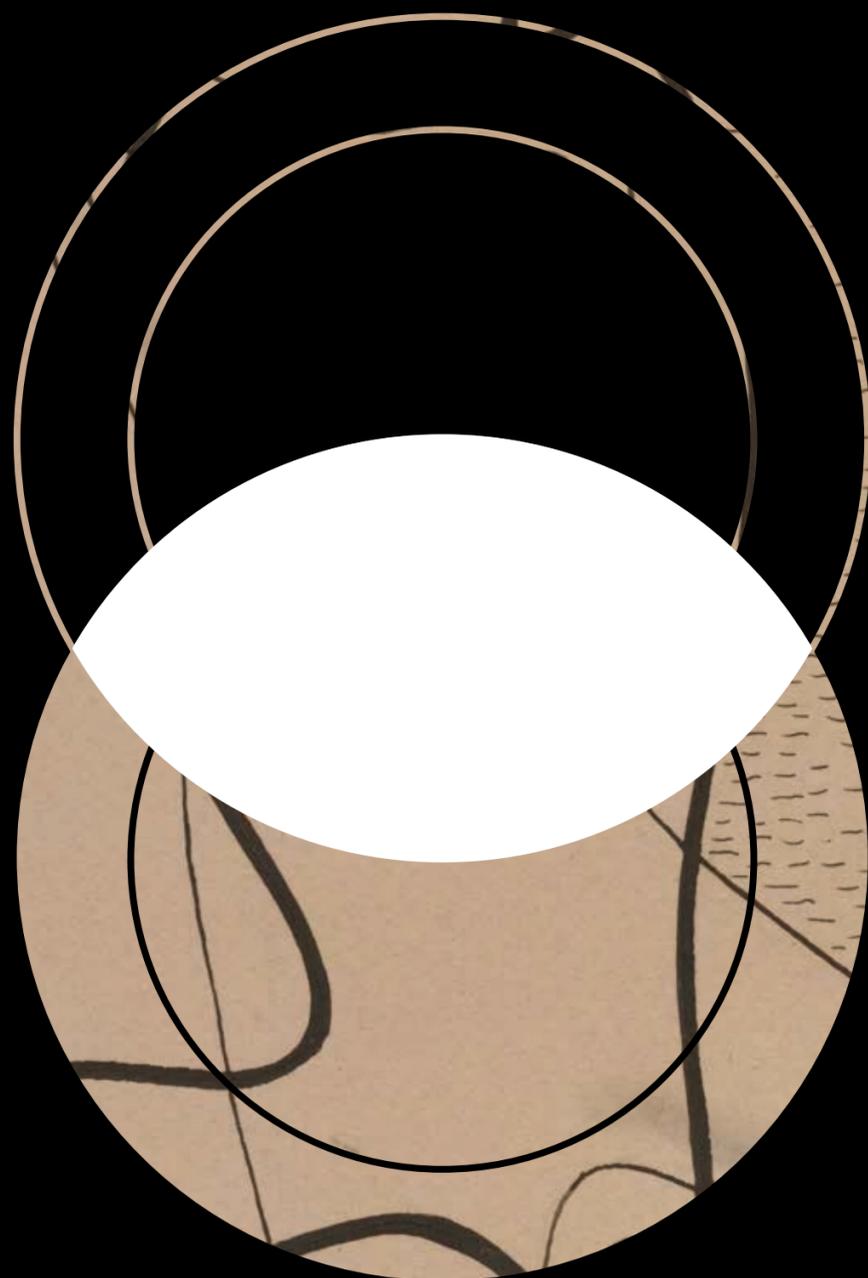
## Convergências entre Brasil e Líbano

Roberto Khatlab, pesquisador no Centro de Estudos da Emigração Libanesa da Universidade Notre Dame-Louaize (NDU), no Líbano, fala sobre a força da imigração entre os países, o comércio bilateral e as relações do Brasil com o Oriente Médio. O conteúdo é parte da série *Brasil Visto de Fora*, uma parceria entre a **PB** e o Canal UM BRASIL, com apoio cultural da revista *piauí*. Conduzido pelo jornalista Daniel Buarque, o bate-papo está disponível no site em texto e podcast.

## Reforma em debate

O papel do Estado e o fim dos privilégios no funcionalismo público são alguns dos assuntos questionados aos deputados federais Adriana Ventura (Novo/SP) e Tadeu Alencar (PSB/PE). Em entrevista realizada em parceria com a Rede de Ação Política pela Sustentabilidade (Raps), eles comentam os pontos mais sensíveis da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 32/2020, que propõe a Reforma Administrativa. O texto tem enfrentado resistências de setores ligados à máquina pública.





## PRATO VAZIO

”

“O combate à fome é uma luta sem fim. Os países que têm sucesso não erradicaram a fome, porque ela retorna assim que exista uma instabilidade, e os mais fragilizados são os primeiros a sentir”, diz Daniel Balaban, representante do Programa Mundial de Alimentos (PMA) da Organização das Nações Unidas (ONU) no Brasil, ao jogar luz sobre a questão da fome, uma mazela brasileira que, nos últimos sete anos, se acentuou para os mais vulneráveis.

O enfrentamento da fome está presente na agenda do Estado desde o primeiro governo de Getúlio Vargas (1930-1945), que investiu em programas de nutrição escolar, estas que culminariam no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), em 1979. Sete anos antes, os militares implantaram o Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição (Inan). Após a redemocratização, um avanço significativo aconteceu em 1992, quando o governo de Itamar Franco (1992-1994) implementou o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea). Os governos seguintes não apenas fortaleceram as ações dos antecessores, como também

elaboraram as próprias iniciativas. Fernando Henrique Cardoso (1995-2003) criou o Programa Comunidade Solidária e o *Guia alimentar para a população brasileira*, que dita as diretrizes nutricionais para a elaboração de políticas públicas, inclusive à merenda escolar. Nos anos Lula (2003-2011), o governo colocou de pé o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o Fome Zero e o Bolsa Família (que unificou uma série de programas sociais, inclusive o Cartão Alimentação). No mandato da ex-presidente Dilma Rousseff (2011-2016), o governo federal instituiu o Brasil Sem Miséria.

Estas iniciativas garantiram uma evolução gradual da segurança alimentar no País, sentida a partir de 2004, quando 64,8% da população estavam em situação segura. Cinco anos mais tarde, o índice subiu para 69,6%, atingindo 77,1% em 2013 – maior marca da série histórica da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). No ano seguinte, a ONU anunciou que o Brasil havia deixado o Mapa da Fome e que 82% dos brasileiros estavam em segurança alimentar [veja o gráfico com o histórico dos níveis de insegurança alimentar].

texto FILIPE LOPES | ilustração PAULA SECO

## NÍVEIS DE SEGURANÇA ALIMENTAR

**SEGURANÇA ALIMENTAR (AS):** família ou domicílio tem acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais.

**INSEGURANÇA ALIMENTAR (IA) LEVE:** preocupação ou incerteza quanto ao acesso aos alimentos no futuro; qualidade inadequada dos alimentos.

**INSEGURANÇA ALIMENTAR (IA) MODERADA:** redução quantitativa de alimentos entre os adultos e/ou ruptura nos padrões de alimentação.

**INSEGURANÇA ALIMENTAR (IA) GRAVE:** redução quantitativa de alimentos também entre as crianças. Nesta situação, a fome passa a ser uma experiência vivida no domicílio.

Fonte: Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (Ebia).

Na época, a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) listou fatores que levaram o Brasil ao resultado promissor: o aumento da oferta de alimentos, que, de 2002 a 2013, elevou em 10% a disponibilidade de calorias para a população; crescimento da renda dos mais pobres, com elevação real do salário mínimo em 71,5% e geração de emprego para 21 milhões de pessoas; e acesso a refeições completas para 43 milhões de crianças e jovens nas escolas, além de melhores práticas de governança, transparência e maior participação da sociedade no Consea.

Balaban, que também é diretor do Centro de Excelência contra a Fome, explica que a soma das crises econômica e política a partir de 2013 provocou a diminuição no investimento da distribuição alimentar. “A fome retornou ao cenário brasileiro, uma vez que houve cortes orçamentais em programas assistenciais que garantiam o acesso dos alimentos às pessoas em situação de extrema pobreza”, afirma.

O investimento federal no PAA atingiu R\$ 1,1 bilhão em 2012, mas foi reduzido para R\$ 232 mi-

lhões em 2018. A merenda escolar, que recebia R\$ 4,7 bilhões em 2010, sofreu redução para R\$ 3,9 bilhões em 2019. O Consea, que gerenciava as políticas públicas de combate à fome, foi extinto em janeiro de 2019 e recriado em maio do mesmo ano, porém, sem a mesma capilaridade.

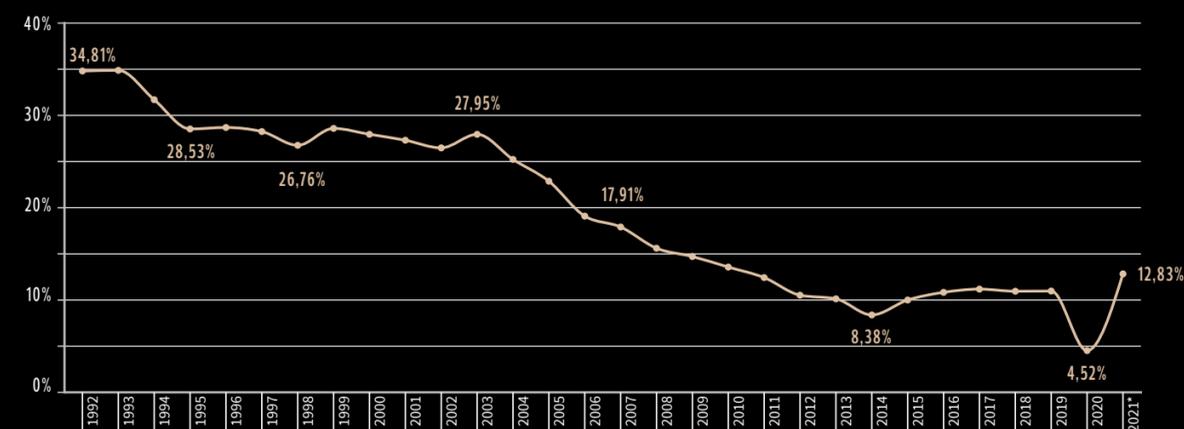
Um retrato recente da mesa dos brasileiros mostra que, em 2018, houve queda de 13,8 pontos percentuais na segurança alimentar no Brasil, com 63,3% das pessoas seguras, na comparação com 2013 (77,1%), segundo a Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Em 2020, o reflexo da pandemia ocasionou nova queda substancial, quando o índice chegou ao seu menor patamar histórico (44,8%), de acordo com o Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil, realizada pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Penssan), que deu continuidade ao levantamento da POF feito até 2013. No fim do ano passado, 116,8 milhões de pessoas conviviam com algum grau de insegurança alimentar. Destas, 43,4 milhões não tinham alimentos em quantidade suficiente, e 19 milhões de pessoas – mais do que a população do Chile – conviviam com a fome.

### PANDEMIA E MISÉRIA

O avanço da extrema pobreza (pessoas que vivem com menos de R\$ 246 por mês) está intimamente ligado ao aumento da insegurança alimentar por aqui. Em 1992, 34,81% da população viviam na faixa da extrema pobreza. Este índice foi sendo gradualmente reduzido e atingiu o menor patamar em 2014, com 8,38%. Entretanto, de 2015 para cá, a tendência de queda se inverteu. Em 2019, alcançou 10,97%, e em fevereiro de 2021, 12,83%. Os números são da Fundação Getúlio Vargas (FGV) Social.

Segundo Balaban, o caso brasileiro é peculiar. Isso porque a insegurança alimentar grave acontece quando o indivíduo não tem dinheiro suficiente para comprar comida, diferentemente dos países que convivem com a fome por falta de recursos estruturais, como limitações hídricas que impossibilitem o plantio ou, até mesmo, guerras que fragilizem populações por longos períodos.

## EVOLUÇÃO DA EXTREMA POBREZA NO BRASIL



Fonte: FGV Social/CPS com base em microdados da Pnad, da PNADC Trimestral e da PNADC Anual/IBGE.

\*O dado de 2021 se refere ao mês de fevereiro.

Apesar dos percalços, um relatório do Fundo Monetário Internacional (FMI), divulgado em dezembro do ano passado, mostrou que 23 milhões de cidadãos deixaram de entrar na extrema pobreza no auge da pandemia graças ao auxílio emergencial criado pelo governo federal. O documento registra que, sem o benefício – que chegou a 68 milhões de brasileiros –, 14,6% da população teriam ingressado na faixa da extrema pobreza.

Entre 2019 e 2020, a extrema pobreza caiu 6,45 pontos percentuais (p.p.), registrando 4,52%. O arrefecimento, porém, foi interrompido pela suspensão temporária do auxílio ao fim de 2020, sendo retomado em março deste ano com valores reduzidos: R\$ 44 bilhões, ante os R\$ 295 bilhões de 2020. Procurado pela reportagem da **PB**, o Ministério da Cidadania afirmou que, até julho de 2021, foram repassados R\$ 18 bilhões para 39,2 milhões de famílias contempladas com o benefício, e o governo ainda trabalha no processamento de cadastros a partir das informações mais recentes disponíveis nas bases de dados. O ministério relatou, ainda, que tem adotado as medidas necessárias para alcançar, por meio do auxílio, as famílias em situação de maior vulnerabilidade, de forma a assegurar uma renda mínima para esta parcela da população, res-

peitando o limite orçamentário estabelecido pela Emenda Constitucional (EC) 109/2021, no valor de R\$ 44 bilhões.

O auxílio emergencial teve um papel importante para a sobrevivência das famílias em situação de extrema vulnerabilidade, mas as interrupções nos repasses dificultaram o dia a dia dos lares atendidos. A opinião é de Rosana Salles-Costa, professora associada do Instituto de Nutrição Josué de Castro, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), e pesquisadora da Rede Penssan. “Precisamos aumentar o auxílio para um valor que seja adequado à aquisição de alimentos, bem como retomar as políticas públicas de combate à fome no País”, aponta.

Desde abril de 2020, segundo a pasta, o número de famílias atendidas pelo Bolsa Família se mantém acima de 14 milhões, a maior média da história do programa. Entre janeiro e abril, mais de 600 mil novas famílias ingressaram no programa, de acordo com o governo. Até o fechamento desta edição, em meados de julho, o ministério trabalhava na reformulação do programa, prevendo a ampliação do número de lares contemplados, além de reajuste nos valores dos benefícios pagos.

A pesquisadora da UFRJ credita o sucesso das políticas públicas à integração de iniciativas que identificassem as pessoas mais vulneráveis. Por meio do Cadastro Único para Programas

AS REGIÕES RURAIS DO NORTE E DO NORDESTE APRESENTARAM OS MAIS EXPRESSIVOS NÍVEIS DE INSEGURANÇA ALIMENTAR DURANTE A PANDEMIA: 63,2% E 71,9%, RESPECTIVAMENTE, VIVEM EM SITUAÇÃO DE INSEGURANÇA ALIMENTAR LEVE, MODERADA OU GRAVE

Sociais (CadÚnico), utilizado também no registro dos beneficiários do auxílio emergencial, é possível observar onde está a maior vulnerabilidade e enviar recursos para essas famílias. “Mediante a identificação, os conselhos municipais e estaduais faziam relatórios periódicos para acompanhar os grupos vulneráveis e dialogavam diretamente com o governo federal a fim de pensar ações conjuntas para o combate à fome”, afirma Rosana.

A pandemia revelou cicatrizes históricas nacionais. As regiões rurais do Norte e do Nordeste apresentaram os mais expressivos níveis de insegurança alimentar durante a pandemia: 63,2% e 71,9%, respectivamente, vivem em situação de insegurança alimentar leve, moderada ou grave, de acordo com o inquérito da Rede Penssan. Em 2018, a POF, do IBGE, indicava que a insegurança alimentar atingia 57% das famílias do Norte do País (6,2 p.p. menor do que 2020), e 50,3% dos cidadãos do Nordeste (21,6 p.p. inferior ao registrado durante a pandemia).

O desemprego também tem relação direta com a falta de comida: sete em cada dez desem-

pregados vivem com algum grau de insegurança alimentar. As mulheres figuram entre os perfis mais afetados: 11% estão em situação grave de insegurança alimentar. Indivíduos com idade entre 50 e 64 anos (11,7%), analfabetos ou com ensino fundamental incompleto (14,7%) e pessoas de pele preta ou parda (10,7%) também são destaques negativos desta mazela nacional.

“Quando se está com fome, o indivíduo não consegue buscar um bom emprego, iniciar um curso profissionalizante ou ter uma grande ideia para criar um negócio de sucesso. Ele só pensa em comer para não morrer. Somente com acesso para suprir as necessidades básicas, os cidadãos podem pensar além da própria sobrevivência”, reflete Balaban, ao relacionar a fome com o desenvolvimento nacional.

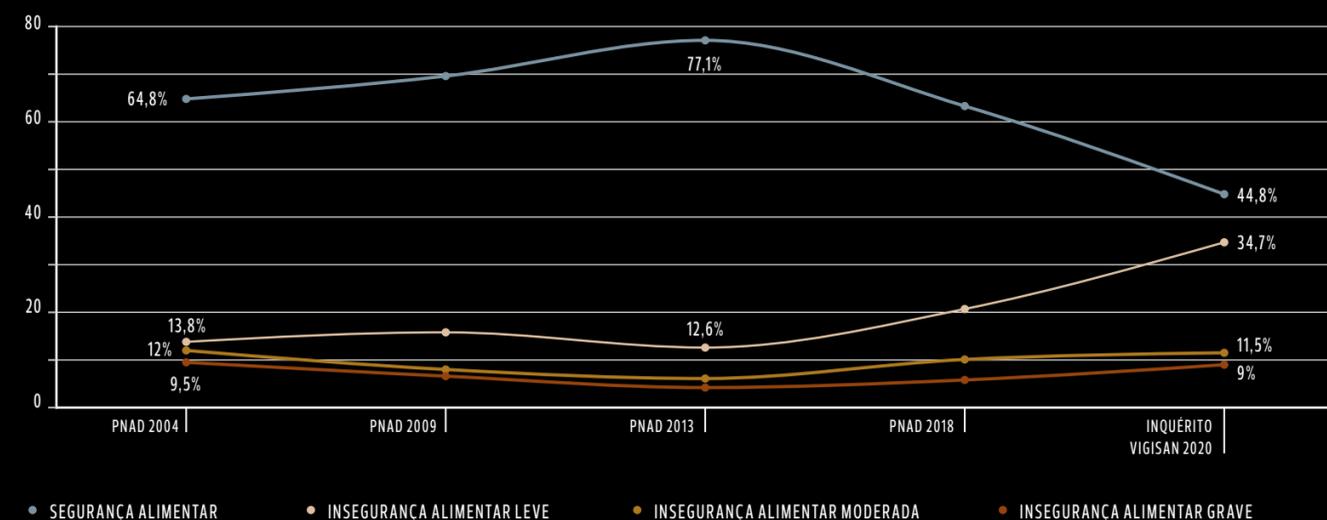
#### IMPACTOS NA SAÚDE

A elevação dos preços dos alimentos no Brasil impossibilitou as pessoas mais pobres de terem acesso aos itens mais nutritivos, aumentando ainda mais o abismo da insegurança alimentar, principalmente nas grandes cidades. Segundo dados do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (Dieese) e da Fundação de Proteção de Defesa do Consumidor de São Paulo (Procon-SP), divulgados em maio deste ano, a cesta básica na capital paulista corresponde a R\$ 1.030,47 – o equivalente a 98,6% do salário mínimo nacional (R\$ 1.045) e mais de quatro vezes a renda mensal de uma pessoa que vive na faixa da extrema pobreza.

O peso dos alimentos mudou os hábitos dos brasileiros, bem como o consumo de alguns itens, como a carne bovina, que registrou, em maio deste ano, o menor consumo em 25 anos, segundo a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). A expressiva queda no consumo da proteína foi precedida pela alta de 38% nos preços das carnes no Brasil no mesmo mês de maio, no acumulado dos últimos 12 meses, de acordo com o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (IPCA), aferido pelo IBGE. Muitas regiões sofreram mais com o aumento dos preços, como a região metropolitana de Belo Horizonte (MG), com elevação de 43,88%, e Rio Branco (AC), que registrou alta de 59,27%.

Segundo o IBGE, a causa do aumento é a elevação do dólar, que fechou 2020 com alta acumulada de 29,33%, cotado acima dos R\$ 5. Com a desvalorização do real, as empresas produtoras de alimentos voltaram toda a sua carga à expor-

#### PROGRESSO DA INSEGURANÇA ALIMENTAR NO BRASIL NOS ÚLTIMOS 16 ANOS



Fonte: Dados reanalisados para a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (Ebia), com base nas pesquisas: [1] Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2003-2004 (IBGE); [2] Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2008-2009 (IBGE); [3] Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2013-2014 (IBGE); [4] Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018 (IBGE).

tação, diminuindo a oferta de proteína ao ambiente doméstico.

Para Betzabeth Slater Villar, professora do Departamento de Nutrição da Faculdade de Saúde Pública (FSP) da Universidade de São Paulo (USP), a obesidade é uma das consequências mais graves do aumento da insegurança alimentar e do baixo acesso aos alimentos saudáveis. “A flutuação de preços dos alimentos *in natura* foi muito mais elevada do que os ultraprocessados, ou seja, com a queda da renda das pessoas, muitas tiveram de optar pelos alimentos menos saudáveis para sobreviver”, afirma. Aliados a isso, estão o sedentarismo, o aumento do consumo de bebidas alcoólicas e a elevação da ansiedade, provocados pelas restrições impostas pela pandemia.

De acordo com o *Guia alimentar* do governo, os alimentos processados, como os enlatados, e os ultraprocessados eram os mais caros, comparados aos produtos *in natura*. Contudo, da década de 2000 em diante, os preços dos ultraindustrializados vêm subindo menos do que os demais grupos, e estima-se que, em 2030, os

custos dos alimentos *in natura* e minimamente processados continuem crescendo (R\$ 4,69/kg, em 2017, para R\$ 5,24/kg, em 2030), enquanto os preços dos ultraprocessados devam decrescer (R\$ 6,62/kg para R\$ 4,34/kg), ao passo que os dos alimentos processados se mantenham estáveis.

A obesidade já é realidade para a maioria da população brasileira. Os dados da Pesquisa Nacional de Saúde (PNS), coletados em 2019 pelo IBGE em parceria com o Ministério da Saúde, revelaram que 96 milhões de brasileiros – 60,3% da população adulta do País – apresentam Índice de Massa Corporal (IMC) maior do que 25 kg/m<sup>2</sup>, classificados com excesso de peso. Os números relativos a 2020 (início da pandemia) e 2021 ainda não são conhecidos, mas os especialistas em nutrição acreditam que este percentual de brasileiros obesos provavelmente aumente.

“Neste cenário, os adultos devem ter um aumento das doenças crônicas, e as crianças podem ter o desenvolvimento comprometido pela falta de acesso a alimentos saudáveis, em longo prazo”, afirma Rosana, professora da UFRJ.

Enquanto durar as restrições sociais da pandemia, as crianças mais carentes serão fortemente impactadas, segundo ela, pois grande parte delas ainda tem na escola sua única alimentação diária. “Ainda não temos resultados de quão impactadas estão sendo as crianças fora da escola, mas, no médio prazo, será possível avaliar o dano causado pela pandemia e pela falta de políticas públicas para baratear os produtos saudáveis”, afirma.

Com o objetivo de um enfrentamento mais eficaz do combate à fome, na opinião de Balaban, o Brasil precisa mudar as matrizes econômicas e tributárias, que retiram mais recursos dos economicamente menos favorecidos. “A saída não é o assistencialismo, porque ele se torna um ciclo sem fim. Políticas públicas que insiram o indivíduo na sociedade, de fato, são muito mais eficazes do que dar uma quantia mensal para que ele não morra de fome”, pondera o executivo.



# A FRUSTRAÇÃO COM O PROGRESSO



**FALSO MINEIRO – MEMÓRIAS DA POLÍTICA,  
CIÊNCIA, EDUCAÇÃO E SOCIEDADE**

AUTOR SIMON SCHWARTZMAN

EDITORA INTRÍNSECA

TRECHO DO CAPÍTULO “A FRUSTRAÇÃO COM O PROGRESSO”

A frustração brasileira com a ideia de progresso não é isolada. Acompanha uma tendência também observada na Europa e em outras partes, onde a expectativa de um mundo melhor, mais próspero e mais solidário, também está se esvanecendo. Tony Judt, em seu livro *Postwar*, sobre a Europa no pós-guerra, mostra como o período de paz e prosperidade iniciado com o Plano Marshall e consolidado com a União Europeia não durou mais que 30 anos, entrando depois em um plano inclinado de crises políticas e econômicas.

O ressurgimento recente da extrema direita e o fantasma da crise climática e ambiental, aparentemente fora de controle, dão a sensação de que estamos nos aproximando do fim desse ciclo. As sociedades podem ser entendidas, até certo ponto, como sistemas vivos, ainda que mais imperfeitos que os biológicos, que também se organizam e se transformam e, eventualmente, decaem e desaparecem. As teorias evolucionistas de desenvolvimento social, associadas à ideia de progresso, são tentativas de compreender como as sociedades evoluem de formas mais primitivas para formas mais complexas e avançadas de organização, enquanto as teorias funcionalistas buscam explicar como as sociedades organizadas conseguem se manter através do tempo.

Existem poucos, no entanto, que se dedicam a entender os processos de decadência e involução das sociedades, que tendem a ser vistos como situações excepcionais e patológicas. Em meus tempos de estudante, essas duas maneiras de observar a sociedade – como processos ou como sistemas – eram consideradas ideologias em conflito, a favor ou das mudanças, progressistas, de um lado, ou da ordem, conservadora e reacionária, de outro. Nas últimas décadas, que muitos denominam de pós-modernas, a interpretação política dessas duas tendências se inverteu.

A noção de que algumas sociedades são mais evoluídas que outras e de que as próprias pessoas podem ser melhores ou piores passou a ser criticada como preconceituosa e discriminatória, enquanto o justo e politicamente correto tornou-se o reconhecimento e a valorização das peculiaridades e das diferenças.



## SOBRE O AUTOR

*Nascido e criado em Belo Horizonte, filho de imigrantes judeus, Simon Schwartzman lança Falso mineiro (Intrínseca). O autor faz parte da geração de cientistas sociais brasileiros que se formou nos anos 1960, conhecida pela modernização das percepções deste ramo no País. Suas memórias percorrem a história das políticas públicas adotadas no Brasil e dão base para discutir o momento atual. Com exclusividade, a PB reproduz um capítulo do livro.*



Não há dúvida de que as ideias de progresso e evolução muitas vezes vêm acompanhadas de preconceito e etnocentrismo (a crença de que “nós” somos melhores do que os outros), como se pode ver facilmente em toda a história das justificativas, mais ou menos cínicas, do colonialismo e de suas versões contemporâneas. Mas também não se pode ir ao extremo oposto. No princípio dos anos 1980, fiz uma crítica a um latino-americanista, Howard Wiarda, que publicara um artigo dizendo que seus colegas da América do Norte precisavam fazer um mea-culpa e deixar de olhar a América Latina a partir de preconceitos e admitir que tínhamos uma cultura e valores diferentes que deviam ser respeitados.

Assim, era natural que tivéssemos governos militares e autoritários, muita pobreza e muita desigualdade – afinal, essa era a nossa cultura. E seria um desrespeito, por parte dos americanos, achar que deveríamos evoluir para um sistema democrático como o deles. Em minha crítica eu dizia que, por um lado, não havia novidade em afirmar que cada país tem uma história e uma cultura próprias que não podem ser simplesmente interpretadas e avaliadas do ponto de vista de outras.

Mas que, por outro lado, há uma farta literatura internacional comparativa que trata das transformações políticas e da criação de sociedades modernas e democráticas, e que nada era mais preconceituoso do que achar que, por causa de nossa cultura peculiar, deveríamos estar excluídos desse tema e desses processos. Em certo sentido, Wiarda tinha razão. Muitas barbaridades foram cometidas pelos Estados Unidos (e antes deles por portugueses, espanhóis, belgas e holandeses), sob o pretexto de levar os valores do mundo ocidental às sociedades ditas “primitivas” ou antidemocráticas. No entanto, muito do que sabemos hoje sobre a história, a economia e a sociedade brasileiras se deve à contribuição de estrangeiros que conseguiram ver e nos mostrar o Brasil a partir de uma perspectiva mais ampla do que a que conseguimos quando só contemplamos o próprio umbigo.

# ANTICLÍMAX AMBIENTAL

U

Um dos acontecimentos mais esperados e cobrados por observadores externos do Brasil – e defensores de questões ambientais de todo o mundo – se desenrolou sem o entusiasmo que se podia imaginar. Alvo central de críticas por causa da controversa política brasileira em relação à natureza, Ricardo Salles deixou o Ministério do Meio Ambiente em junho deste ano criando uma sensação de anticlímax. Mesmo sem ele, permanece a preocupação do resto do mundo em relação às políticas ambientais do Brasil e a imagem negativa de um país que não atua para proteger o planeta.

Jair Bolsonaro ainda nem havia sido eleito presidente quando observadores externos começaram a demonstrar preocupação com a sua política ambiental. Ao longo dos primeiros anos do seu governo, o aumento da destruição da Amazônia, as queimadas no Pantanal e a desregulamentação na proteção da natureza foram alvos de intensa crítica internacional, com presença em âmbitos diplomáticos e econômicos.

A mudança na essência e no estilo da política ambiental do Brasil sob Bolsonaro fizeram com que o País perdesse o perfil de liderança global nas ações contra as mudanças climáticas. A interpretação das principais análises publicadas no exterior tem sido que Bolsonaro esvaziou agências que trabalhavam com a proteção das florestas e, ao mesmo tempo, incentivou a exploração econômica das áreas de proteção. A combinação levou ao aumento das queimadas, que foram vistas como potencial “crise global”.

Da admiração conquistada em participações em cúpulas internacionais e pela organização da Rio+20, o Brasil passou a ser visto mais como um problema ambiental, e o presidente chegou a ser descrito como um “vilão do clima”.

Além do próprio Bolsonaro, o foco de muito desse posicionamento estrangeiro era Salles, com pedidos abertos de organizações não governamentais e instituições para que ele deixasse o governo. Isso criaria a expectativa de uma reação mais otimista dos observadores internacionais a respeito da sua demissão. O que se viu, entretanto, foi uma reação cautelosa e repleta de ressalvas.

A saída de Salles, que poderia representar uma transformação deste perfil mais problemático, não aponta para uma mudança de rumo. Parte do problema é que a demissão se deu em razão de investigações que ameaçavam o ministro, e partiu do próprio Salles na tentativa de se proteger. Em seu lugar, entrou Joaquim Leite, que comandava a Secretaria da Amazônia e Serviços Ambientais da pasta e era considerado aliado do ministro. Para completar, não se viu do presidente uma postura que pudesse indicar qualquer mudança na política de “passar a boiada”. Nada que pudesse dar esperança de o País adotar uma política ambiental mais responsável e voltada à conservação.

Este anticlímax ficou evidente na reação internacional. Governos críticos da atuação do Brasil pouco se pronunciaram sobre a mudança. Em vez de considerar um avanço, investidores estrangeiros preocupados com o ambiente declararam que iriam esperar um compromisso político do governo e do novo ministro antes de retomar negócios com o Brasil.

A pressão por uma política ambiental brasileira mais ligada à preservação tem crescido desde que Joe Biden assumiu o governo dos Estados Unidos. O Brasil participou da cúpula do clima convocada pelo norte-americano e se comprometeu a metas de proteção ambiental. Sem uma ação prática desde então, a saída de Salles do governo se junta a um discurso desconectado da realidade, incapaz de criar qualquer otimismo em relação a uma política ambiental que permita o Brasil voltar a ser um líder global nesta área.

&

# Educação científica e justiça social

Em janeiro de 2021, o King’s College London, em parceria com o Conselho Britânico, criou o STEM Education Hub, que visa a aproximar os trabalhos de educadores em STEM (da sigla em inglês “Ciência, Tecnologia, Engenharia e Matemática”) do Reino Unido e do Brasil. Já no seu primeiro ano de vida, o *hub* tem realizado seminários, apresentações e minicursos, sempre em parceria entre educadores de ambos os países ([stemeducationhub.co.uk](http://stemeducationhub.co.uk)). É notável a enorme necessidade que educadores de ciências têm sentido mais recentemente em desenvolver uma educação voltada para justiça social. Nas últimas décadas, esta necessidade foi percebida à medida que o ensino de ciências se desenvolvia.

Historicamente, a educação científica no Reino Unido, no Brasil e em outros países tem procurado ensinar aos alunos os processos e os produtos da ciência. Por processos científicos, quero dizer como os cientistas trabalham e as formas de raciocínio que usam e como colaboram, bem como os métodos e as técnicas tradicionais para reunir dados, analisá-los e tirar conclusões lógicas consistentes com as teorias e leis científicas. Por produtos da ciência, quero dizer o conhecimento científico estabelecido – como taxonomias, modelos, teorias e leis –, desenvolvido ao longo dos séculos e usado para dar sentido ao mundo tecnológico que vivemos, explicar fenômenos naturais e prever como a natureza irá se comportar sob certas condições. Tradicionalmente, o ensino de ciências veicula que o fazer científico é impessoal, motivado pu-

ramente pela conquista de conhecimento, pela descoberta da “verdade” e desprovido de valores e interesses “menores”.

A partir da década de 1980, vários educadores de ciências começaram a questionar abordagens estreitas e desumanizadas da educação e desenvolveram o que ficou conhecido como a abordagem da Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS). O objetivo do movimento CTS é trazer aspectos sociais, culturais e políticos da ciência para a educação científica e ensinar aos estudantes o impacto da ciência e da tecnologia na forma como vivemos. Os princípios do movimento CTS têm desfrutado de uma adoção considerável nos currículos e na prática em sala de aula, especialmente para alunos com idade entre 11 e 15 anos no Reino Unido, conseguindo transformar a educação na área, ensinando os estudantes a serem mais críticos sobre questões sociais e aumentando a conscientização sobre ética na ciência, privacidade dos cidadãos com o uso de tecnologia e impacto da ciência no meio ambiente.

Apesar dos avanços, nenhum projeto CTS parece ter tratado de questões de inequidade e injustiça social de forma extensiva e transformadora. Estou falando, por exemplo, da falta de representatividade de mulheres, negros, mulçumanos e demais minorias sócio-étnico-religiosas nas ciências e como a educação na área tem trabalhado para reduzir estas diferenças. Estou falando também da imensa desigualdade social e como a educação de ciências tem sido particularmente desinteressante para crianças pobres e negras.

**O começo do século 21 testemunhou o retorno de ideais fascistas, que agem para disseminar a opressão, a exclusão, a intolerância e a desigualdade. Em muitos países, também vejo, por sorte, uma força democrática crescendo dentro dos centros de pesquisa em educação de ciências. Ainda estamos no começo, mas já há vários projetos de pesquisa e ensino trabalhando para a inclusão de gênero e autoestima de crianças de famílias de baixa renda e a descolonização do currículo na área.**

&



ARTHUR GALAMBA

é senior teaching fellow em Educação Científica no King’s College London.



DANIEL BUARQUE

é jornalista, escritor e pesquisador no doutorado conjunto em Relações Internacionais do Brazil Institute, do King’s College London, e do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo (USP)

# AUTISMO E SUAS COMPLEXIDADES

texto MOURA LEITE NETTO | ilustração JONIA CAON



Condição que altera o comportamento humano, o autismo segue incompreendido em razão de uma névoa de estigmas. O desconhecimento da sociedade atribui aos autistas, por exemplo, ímpetos de agressividade, incapacidade ou posse de habilidades extraordinárias. O que pouca gente sabe é que o espectro pode ou não comprometer o coeficiente de inteligência. Ao mesmo tempo, a falta de sistematização do atendimento da criança com suspeita de transtorno e a carência de especialistas dificultam o diagnóstico no Brasil.

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) surge na infância e tende a persistir na adolescência e na idade adulta. Algumas pessoas podem viver de forma independente, enquanto outras têm deficiências graves e requerem cuidados, além de apoio para toda a vida. A condição hoje é classificada nos níveis 1 (forma leve, incluindo a antes denominada Síndrome de Asperger), 2 (moderada) e 3 (grave).

De acordo com o Centro de Controle de Doenças (CDC), dos Estados Unidos, o volume de pessoas com diagnóstico de autismo é crescente no mundo. Em 2004, o número divulgado apontava que 1 pessoa entre 166 tinha TEA. Em 2012, esse número estava em 1 em 88. Seis anos mais tarde, 1 em 59. Na mais recente publicação, de 2020, a prevalência é de 1 em 54.

O médico neuropediatra Paulo Liberalesso, diretor do Centro de Reabilitação Neuropediátrica do Hospital Menino Deus (Cereña), observa que, em comparação com outras décadas, houve evolução das técnicas diagnósticas e uma maior especialização dos profissionais da saúde. No entanto, muitos ainda confundem o TEA com a deficiência intelectual. Sediada em Curitiba, a instituição é referência no tratamento de crianças com condições neurológicas complexas.

“Embora muitas crianças autistas possam apresentar alguma deficiência intelectual, estes dois transtornos são completamente diferentes. O autismo é uma condição que altera o comportamento humano; pode ou não haver

comprometimento do coeficiente de inteligência. E esta confusão é muito grave, pois faz com que muitos acreditem que crianças autistas não são capazes, por exemplo, de frequentar escolas comuns, o que não é verdade”, alerta o neuropediatra, apontando outro aspecto estigmatizante: imaginar que crianças e adolescentes autistas, por suas alterações comportamentais, sejam necessariamente agressivas. “A imensa maioria das crianças autistas não têm comportamento violento, até mesmo porque esse aspecto não faz parte dos critérios diagnósticos do TEA.”

## DIAGNÓSTICO TARDIO

Quanto mais precoce o diagnóstico, mais cedo é possível iniciar as intervenções e melhor será o prognóstico da pessoa com TEA. No Brasil, porém, é comum a descoberta tardia da doença, já na fase adulta. “Os motivos pelos quais o diagnóstico ocorre tardiamente são múltiplos, incluindo a formação insuficiente dos profissionais de saúde na graduação, a falta de sistematização do atendimento da criança com suspeita de autismo e a carência de especialistas na área do comportamento em todo o território nacional”, avalia Liberalesso.

É o caso de Marina Amaral, premiada artista autodidata, que confirmou o diagnóstico de autismo grau 1 aos 26 anos, após passar por mais de uma dezena de especialistas. Antes da confirmação clínica, foi a amiga, Andréa Werner, a qual conheceu pela internet, que identificou nela os sinais de autismo leve.

Andréa é jornalista, escritora, ativista e fundadora do Instituto Lagarta Vira Pupa, referência em conteúdo sobre autismo. A iniciativa nasceu em 2012 como um blog, para registrar suas experiências e vivências enquanto mãe de Theo, diagnosticado aos 2 anos de idade. O blog cresceu, e entre os membros da equipe está justamente Marina Amaral. A página atua como uma rede de informação e acolhimento para pais, professores, profissionais da área e pessoas interessadas em inclusão e diversidade.

“É COMUM ROTULAREM OS AUTISTAS COMO INCAPAZES DE ESTAREM INSERIDOS NA SOCIEDADE. MAS, HOJE, PESSOAS ME ESCREVEM DIZENDO QUE CONSEGUIRAM VER O OUTRO COM MENOS PRECONCEITO, ACEITANDO A DIFERENÇA DE CADA UM.”

DAPHNE BOZASKI, atriz que interpretou a autista Benê em *Malhação – Viva a Diferença* e *As Five*

Para não se perder a oportunidade do diagnóstico precoce, Liberalesso ressalta que é importante estar atento aos sinais. Segundo ele, as manifestações clínicas estão já nos primeiros três anos de vida. O especialista relata que, de modo geral, a primeira manifestação percebida pela família é o atraso da fala e uma certa falta de atenção. Segundo ele, normalmente as famílias dizem: “Ele não responde quando chamamos pelo nome!”, “Ele parece ser muito desatento!”. Com o passar do tempo, outros sinais e sintomas podem surgir, como a inflexibilidade comportamental e o apego intenso por objetos incomuns.

#### UM DESAFIO GLOBAL

Celebrado há 14 anos em 2 de abril, o Dia Mundial do Autismo busca conscientizar a população sobre o tema e, assim, aumentar a compreensão e a aceitação das pessoas com autismo, inspirando um mundo mais gentil e inclusivo. Isto porque, globalmente, afirma a Organização Mundial de Saúde (OMS), o acesso a serviços e suporte é inadequado.

Segundo a entidade, é necessário ampliar a oferta de intervenções psicossociais basea-

das em evidências, como tratamento comportamental e programas de treinamento de habilidades dos pais – estratégia para reduzir as dificuldades de comunicação e comportamento social, com um impacto positivo tanto no bem-estar como na qualidade de vida de pessoas com TEA e seus cuidadores.

O tratamento do TEA é complexo, pois pode envolver diversos profissionais de diferentes especialidades – psicólogos, fonoaudiólogos, terapeutas ocupacionais, musicoterapeutas, profissionais da educação física, psicopedagogos, entre outros. Segundo Liberalesso, a maioria das intervenções no autismo é baseada em uma ciência chamada Análise do Comportamento Aplicada (da sigla em inglês ABA). “Sem sombra de dúvidas, a ABA fundamenta o tratamento do autismo.”

#### DIREITOS DA PESSOA COM TEA

Para assegurar os direitos comuns a quem vive com a condição, desde 2012 existe a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, que reúne diretrizes como formulação de políticas públicas, inserção da pessoa com autismo no mundo do trabalho e divulgação de informações públicas.

Um novo texto altera esta lei. Trata-se do Projeto de Lei (PL) 630/21, que obriga o Poder Público a incentivar programas específicos de atenção à saúde e de educação especializada para pessoas com TEA. De autoria do deputado federal Glaustin da Fokus (PSC/GO), a proposta, em tramitação na Câmara Federal, foi distribuída às comissões de Educação, Seguridade Social e Família, Direito das Pessoas com Deficiência e Constituição e Justiça e de Cidadania.

A redação obriga o Poder Público a fomentar projetos e programas de saúde e educação específicos para autistas. “Apresentei essa proposta porque, apesar do avanço da lei de 2012, temos muito chão pela frente para garantir que esses direitos sejam exercidos. Temos muitos gargalos e pontos sensíveis que exigem a nossa atenção”, afirma o deputado.

Além do PL 630/21, o parlamentar diz que outras leis serão propostas a fim de trazer qualidade de vida às pessoas com TEA. De acordo com Fokus, vem aí uma proposta que visa à inclusão de disciplinas relacionadas às múltiplas abordagens sobre o autismo em cursos superiores de formação de professores, além de psicopedagogia e psicologia. “Também estudo uma forma de flexibilizar o alistamento de jovens autistas no Serviço Militar Obrigatório, uma vez que, na prática, eles invariavelmente são dispensados.”

O deputado também faz planos de articular uma proposta sobre a criação de um programa de moradia assistida às pessoas adultas com TEA, visando às inclusões social e profissional do autista na sociedade, além da inserção profissional. “Empregar um autista é uma missão viável e, muitas vezes, proveitosa para a empresa, pois são pessoas bastante eficazes para executar tarefas de alta concentração. Antes de tudo, porém, as empresas precisam compreender a necessidade de adaptar o local de trabalho e preparar a equipe para minimizar as dificuldades naturais do profissional, que pode ser hipersensível a barulho, calor ou iluminação.”

Fokus se engajou na causa após conhecer, em 2019, Augusto Mangussi, hoje com 13 anos. “Ele não só mudou minha percepção, como também me ensinou muito sobre o TEA. Acabei fazendo amizade com ele e os seus pais, que são ativistas da causa. Eles me aproximaram da comunidade autista e, depois de ouvi-los, fomos pensando em políticas públicas que atendiam às demandas deles.”

## AUTISMO NA CULTURA POP

O autismo é bastante representado na cultura pop, como foi o caso da temporada de *Malhação – Viva a Diferença*, reexibida na TV Globo durante a pandemia e que, como continuidade da trama, resultou na série *As Five* (Globoplay). O roteiro traz entre as protagonistas a personagem Benê, que tem o seu espectro autista retratado de forma educativa e com foco na conscientização, principalmente contra o *bullying*.

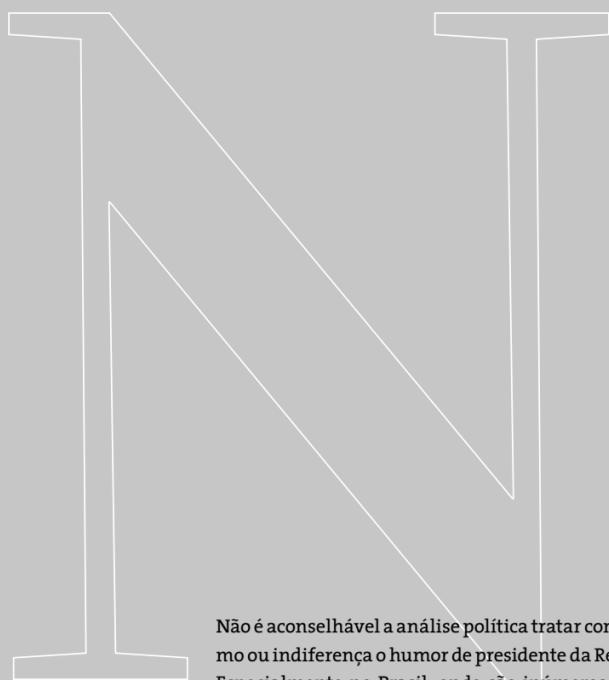
A atriz Daphne Bozaski, de 28 anos, em entrevista para a **PB**, falou sobre a experiência de interpretar alguém que apresenta grau leve de comprometimento. “Com a *Malhação*, aprendia sobre autismo a cada texto que recebia e pelas conversas com pessoas entendidas no assunto e adolescentes que estavam no espectro. Percebi o quão diferentes eram. Até então, não tinha conhecimento que havia vários níveis de autismo e que muitas pessoas próximas a mim poderiam estar dentro do espectro.”

Daphne contou que, pelo modo como a personagem atuava em determinadas situações da novela, ela percebeu que muitas pessoas que estão no espectro podem parecer timidas ou apresentar dificuldades de se relacionar – e, por isso, são incompreendidas, sofrendo por não agirem da maneira que a sociedade espera. “O maior aprendizado que tive é que as pessoas que fazem parte do espectro têm uma maneira de ver o mundo tão mais sincera e verdadeira, que acredito que o mundo seria muito melhor se todas as pessoas olhassem a vida desta forma.”

A atriz buscou conhecimento em alguns livros, como *O estranho caso do cachorro morto*, *Olhe nos meus olhos* e *A diferença invisível*. O que mais a ajudou, diz ela, foi conhecer o Instituto Priorit, no Rio de Janeiro. “Aprendi muito com eles e pude observar as diferenças entre cada um – o que me deu uma liberdade de fazer a minha Benê sem ter que copiar algo ou definir a forma como ela agiria”, ressalta. A experiência, relatou Daphne, mostrou a ela o quanto as pessoas rotulam os autistas. “Acredito que conseguimos mostrar um outro lado do autismo, que até então não tinha sido representado na televisão. Muitas pessoas me escrevem até hoje dizendo que, com a Benê, foram capazes de ver o outro com menos preconceito, aceitando a diferença de cada um.”

Outro personagem com diagnóstico de TEA que repercutiu nas telas é Shaun Murphy, da série *The Good Doctor* [O bom doutor]. Sucesso que o neuropediatra Paulo Liberalesso vê com bons olhos, mas faz ressalvas: “Por um lado, ajuda a falarmos cada vez mais sobre esse assunto, e isso é muito importante para a conscientização a respeito do tema, mas quando mostramos um médico genial que é autista na televisão, induzimos as pessoas a acreditarem que o autismo é assim. Infelizmente, não é verdade.”

&



Não é aconselhável a análise política tratar com sarcasmo ou indiferença o humor de presidente da República. Especialmente no Brasil, onde são inúmeros os casos em que é costume o chefe de Estado decidir agir por conta própria, avesso a protocolos e liturgias oficiais.

Já tivemos o caso trágico de um chefe de Estado cujo isolamento de uma decisão o levou ao suicídio, para estancar a crise criada por aliados e parentes. Outro presidente, conhecido pela agitação da personalidade, ao se ver na penumbra do Palácio, decide repentinamente surpreender o País com sua renúncia. Sem falar da tragédia que foi ver o primeiro governante eleito da redemocratização não conseguir governar um dia sequer, porque não deu ouvidos aos médicos – que diziam que sua doença era grave.

Agora, temos um presidente visivelmente estressado a dar continuidade em sua eloquente agenda contra o sistema eleitoral, o Supremo Tribunal Federal (STF), os membros da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Senado e a grande mídia. E, vez e outra, tentar envolver os militares nas vidas civil e política. Como se fosse pouco, o estilo inclui até mesmo correr risco sobre duas rodas, para si e para terceiros.

Por isso, é bom que atentemos ao fato de que, embora diagnosticado com grave obstrução para o que se indica cirurgia, recebe alta porque suas frágeis condições de saúde tornam arriscado o procedimento. Ora, é possível supor então que o presidente teve uma alta política, não uma alta médica.

O que temos acompanhado é o Brasil viver sob um contexto de risco, com confiança setorial aqui e ali, mas sem estável confiança geral. Mesmo consi-

## CONJUNTURA FURIOSA E FRÁGIL

derando que o funcionamento do mercado esteja se descolando da política, a economia sabe que não pode perder o interesse pela política. O que torna relevante o conselho de se ficar cauteloso mais na descrição e na tradução dos fatos do que na análise e na previsão segura do que vai acontecer. É a instabilidade política que também explica a existência de quase dez institutos de pesquisa atuando freneticamente sobre o cidadão para tentar arrancar dele o cenário do futuro.

Contudo, pesquisa é foto, e não filme. O que vemos hoje pode bem não ser o que teremos nas eleições do ano que vem. Inclusive em relação a quem será de fato candidato competitivo. Toda a discussão sobre o surgimento de um candidato alternativo ao presidente e ao ex-presidente, os dois que se destacam no momento, não tem avançado em quesitos consensuais. É visível que exista espaço para uma força de centro, mais neutra em relação às agendas política, econômica e social, quando se decodifica os números das pesquisas disponíveis. Bolsonaro e Lula não representam a totalidade do eleitorado, nem são donos de um porcentual de crescimento estruturado e imutável. Polarizados entre si, conseguem bem enfeitizar o noticiário, falando para fiéis já convertidos. Entretanto, não formam uma pastoral universal capaz de polarizar a Nação, cuja maioria segue sem candidato.

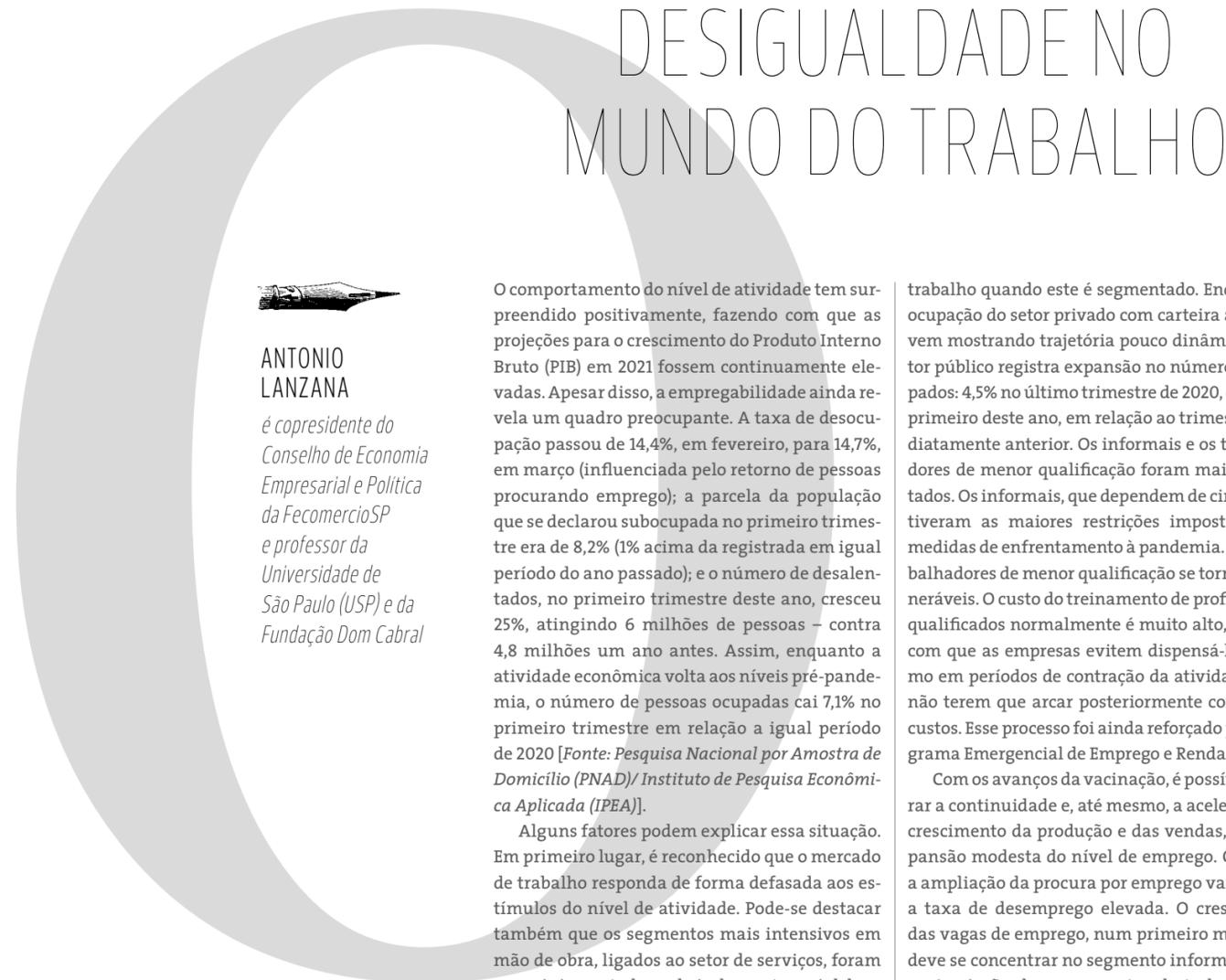
Há também o caráter ainda grave da pandemia travando o retorno à normalidade cotidiana. Assim, ao impedir que o desemprego diminua, a questão sanitária firma-se enquanto principal responsável por destituir da conjuntura a pressão salarial, prerrogativa para a melhoria econômica. Além do que, tudo ficará mais imprevisível com a volta da inflação e dos juros altos, que machucam muito a renda da classe média e o salário dos mais pobres, ou seja, se a situação econômica ainda não permite otimismo exagerado, a situação social ruim aconselha prudência para analisar a furiosa, móvel e frágil conjuntura política brasileira.

&



PAULO DELGADO

é sociólogo e copresidente do Conselho de Economia Empresarial e Política (CEEP) da FecomercioSP



## DESIGUALDADE NO MUNDO DO TRABALHO



ANTONIO LANZANA

é copresidente do Conselho de Economia Empresarial e Política da FecomercioSP e professor da Universidade de São Paulo (USP) e da Fundação Dom Cabral

O comportamento do nível de atividade tem surpreendido positivamente, fazendo com que as projeções para o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) em 2021 fossem continuamente elevadas. Apesar disso, a empregabilidade ainda revela um quadro preocupante. A taxa de desocupação passou de 14,4%, em fevereiro, para 14,7%, em março (influenciada pelo retorno de pessoas procurando emprego); a parcela da população que se declarou subocupada no primeiro trimestre era de 8,2% (1% acima da registrada em igual período do ano passado); e o número de desalentados, no primeiro trimestre deste ano, cresceu 25%, atingindo 6 milhões de pessoas – contra 4,8 milhões um ano antes. Assim, enquanto a atividade econômica volta aos níveis pré-pandemia, o número de pessoas ocupadas cai 7,1% no primeiro trimestre em relação a igual período de 2020 [Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD)/ Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)].

Alguns fatores podem explicar essa situação. Em primeiro lugar, é reconhecido que o mercado de trabalho responde de forma defasada aos estímulos do nível de atividade. Pode-se destacar também que os segmentos mais intensivos em mão de obra, ligados ao setor de serviços, foram os mais impactados pelo isolamento social; basta observar as quedas expressivas no número de pessoas ocupadas em Serviços Pessoais (-18,5%) e Alojamento e Alimentação (-26,1%) no primeiro trimestre deste ano, em relação ao mesmo período de 2020. Além disso, é normal que nas fases iniciais da recuperação, as empresas ajustem as necessidades de mão de obra a níveis mais elevados de produção e vendas por meio das horas trabalhadas. Somente depois de confirmada a recuperação, a expansão do emprego ocorre. Não se pode deixar de destacar também os prováveis ganhos de produtividade associados ao uso mais intensivo da tecnologia durante a pandemia.

Da mesma forma, porém, verifica-se muita disparidade de comportamento do mercado de

trabalho quando este é segmentado. Enquanto a ocupação do setor privado com carteira assinada vem mostrando trajetória pouco dinâmica; o setor público registra expansão no número de ocupados: 4,5% no último trimestre de 2020, e 1,4% no primeiro deste ano, em relação ao trimestre imediatamente anterior. Os informais e os trabalhadores de menor qualificação foram mais impactados. Os informais, que dependem de circulação, tiveram as maiores restrições impostas pelas medidas de enfrentamento à pandemia. Já os trabalhadores de menor qualificação se tornam vulneráveis. O custo do treinamento de profissionais qualificados normalmente é muito alto, fazendo com que as empresas evitem dispensá-los, mesmo em períodos de contração da atividade, para não terem que arcar posteriormente com novos custos. Esse processo foi ainda reforçado pelo Programa Emergencial de Emprego e Renda.

Com os avanços da vacinação, é possível esperar a continuidade e, até mesmo, a aceleração do crescimento da produção e das vendas, com expansão modesta do nível de emprego. Contudo, a ampliação da procura por emprego vai manter a taxa de desemprego elevada. O crescimento das vagas de emprego, num primeiro momento, deve se concentrar no segmento informal.

A criação de novos postos de trabalho passa pela aceleração do crescimento econômico. O Brasil parece que esqueceu de crescer. Há quatro décadas que a taxa de expansão do PIB ocorre abaixo da média mundial – e menos da metade da registrada pelos países emergentes. Nos últimos dez anos, a expansão média do PIB brasileiro foi de -0,3%. A sociedade brasileira precisa se conscientizar dessa necessidade ou, então, teremos um Brasil cada vez mais pobre.

&

# CRISTO REDENTOR: 90 ANOS DEPOIS

texto HERBERT CARVALHO | ilustração ALBERTO LINS

“Christo reina, impera e livrará o Brasil de todos os males.” A manchete, estampada na capa de *O Globo* no dia 12 de outubro de 1931, informava, assim, a inauguração do monumento Christo Redemptor.

De proporções grandiloquentes, a obra assinalava a recuperação, por parte da Igreja Católica, de privilégios retirados pelo advento da República. Hoje, 90 anos depois, o Estado permanece formalmente laico, mas a enorme imagem granítica fincada no cume do morro do Corcovado passou a simbolizar a cidade do Rio de Janeiro e o Brasil, da mesma forma que a Estátua da Liberdade se associa a Nova York e aos Estados Unidos, ou como a Torre Eiffel nos remete a Paris e à França.

Quem primeiro teve a ideia de colocar um ícone religioso a 710 metros de altura no topo mais elevado do que, na atualidade, é o Parque Nacional da Tijuca foi o padre francês Pierre-Marie Boss, capelão da Igreja Imaculada Conceição, em 1850. Apesar do

apoio que recebeu da Princesa Isabel, o projeto foi abandonado com a promulgação da Constituição Republicana de 1891, que separou a Igreja do Estado.

Os católicos, porém, não desistiram. Coube ao primeiro cardeal do Brasil e da América Latina, Dom Joaquim Arcoverde, ressuscitar o tema para demonstrar a força da Igreja. Em 1922, aproveitou as comemorações do Centenário da Independência e obteve do presidente Epitácio Pessoa a cessão da área. A construção teve início em 1926 e foi bancada, em sua maior parte, por contribuições dos fiéis. O cardeal Arcoverde não chegou a vê-la pronta. Morreu na Sexta-Feira Santa de 1930, meses antes da chegada de Getúlio Vargas ao poder.

Coube a seu sucessor, cardeal Dom Sebastião Leme, executar uma minuciosa estratégia de restauração da hegemonia católica no País. Para sacramentar a derrubada da República Velha pelas armas, em 30 de novembro de 1930 rezou a “missa da paz”, com

direito a desfile de irmandades religiosas diante do chefe de governo. Em maio de 1931, realizou a Semana da Padroeira do Brasil, levando ao Rio a imagem de Nossa Senhora Aparecida.

Finalmente, com a presença de Vargas e todos os membros do governo na apresentação ao mundo do Cristo de braços abertos para a Baía da Guanabara, o cardeal Leme proclamou: “Brasil! Brasil! Ó pátria! Ajoelha-te aos pés do Cristo Redentor”. Para manter o apoio da Igreja Católica, Getúlio também se ajoelhou, apesar de ateu, garantindo o casamento indissolúvel e o ensino religioso na escola pública.

Assim como o Empire State Building, na época o edifício mais alto do mundo, o símbolo do cristianismo brasileiro sagra-se vivaz expoente da *art déco*, estilo de artes visuais, arquitetura e design internacional que teve seu apogeu nos anos 1920 e 1930.

Concebida pelo engenheiro brasileiro Heitor da Silva Costa, feita de concreto armado e pedra-sabão, a estátua pesa 1.145 toneladas, tem 30 metros de altura (mais 8 metros de pedestal) e seus braços se esticam numa largura de 28 metros. A cabeça e as mãos do Cristo fo-

ram esculpidas pelo francês de origem polonesa Paul Landowski. E o desenho do rosto é criação do romeno Gheorghe Leonida.

Administrado pela Arquidiocese do Rio de Janeiro, detentora dos direitos comerciais e de imagem, o monumento foi tombado em 2005 pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). Dois anos depois, com mais de 100 milhões de votos, obteve o terceiro lugar como uma das Novas Sete Maravilhas do Mundo, escolhidas pela internet. Ficou atrás da Muralha da China e do Monumento de Petra, na Jordânia, mas superou atrações turísticas do porte do Coliseu de Roma e do Taj Mahal, na Índia. Em 2012, a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco) incluiu o Cristo Redentor e a paisagem do Rio de Janeiro – que a partir dele se descortina – como Patrimônio da Humanidade, sendo esta a primeira área urbana do mundo a receber essa distinção.

A média de 2 milhões de visitantes por ano, antes da pandemia, poderá aumentar com uma nova atração que pretende unir religião e ecologia: o Iphan e a Arquidiocese estão ela-

borando uma Via-Sacra entre o Maciço do Corcovado e o Santuário do Cristo, por meio da Mata Atlântica.

Mais de 400 cidades brasileiras, de olho no potencial do turismo religioso, ostentam réplicas do monumento carioca. Desde Rio Preto da Eva (AM), na Região Norte, e Ipueiras (CE), no Nordeste, até Guaporé (RS), ao Sul, passando por Morrinhos (GO), no Centro-Oeste, pequenos municípios (entre 30 e 50 mil habitantes) escolheram essa forma de dar boas-vindas aos viajantes. Cubatão, na Baixada Santista, e Vinhedo, na região de Campinas, e Caieiras, na Grande São Paulo, são algumas das localidades paulistas que também adotaram estátuas do Cordeiro de Deus como atração turística e símbolo de fé.

O Cristo original do Corcovado, danificado por raios e pichado por vândalos, passou por restaurações em 1990 e 2010. Em sua longa presença, inspirou compositores como Tom Jobim e tornou-se cenário de filmes nacionais – como *Roberto Carlos em ritmo de aventura*, de 1967 – e internacionais (*Velozes e Furiosos 5*, de 2009, entre outros).

Algumas vezes, o uso da imagem causou controvérsia e foi alvo de censura por parte da Arquidiocese. No carnaval de 1989, Joãozinho Trinta, da escola de samba Beija-Flor, tentou levar para o desfile uma estátua de Jesus caracterizado como mendigo. Censurada, a imagem passou coberta pela Avenida Marquês de Sapucaí carregando uma placa fixada pelo carnavalesco: “Mesmo proibido, rogai por nós”. Mais recentemente, em 2014, o veto recaiu sobre uma cena do documentário *Inútil paisagem*, de José Padilha. Nela, o ator Wagner Moura interpelava o Cristo sobre as violências a que são submetidas as comunidades do seu entorno.

Em âmbito internacional, o monumento figurou por duas vezes na capa de revista *The Economist*. Em novembro de 2009, decolava como um foguete ilustrando a chamada *Brazil takes off* (“O Brasil decola”). Doze anos depois, em junho de 2021, o mesmo Cristo é retratado respirando por aparelhos. O título *Brazil’s dismal decade* (“A década sombria do Brasil”), dessa vez, ironiza as mazelas pelas quais continua a sofrer um povo que tem na simbologia divina o seu cartão postal.

&





Fotos: divulgação

## COLO ACOLHEDOR

texto Gabriela Almeida

Cora Coralina, no seu poema *Não sei*, descreve que a vida só tem sentido quando tocamos o coração de alguém. E foi em busca desse “tocar” que surgiu a Casa de Apoio Acolher, em São Luís, no Maranhão. No espaço, pessoas que vivem e convivem com HIV/aids encontram o suporte que precisam.

O projeto oferece apoios psicológico, social, alimentar e jurídico a mais de 5 mil pessoas, da capital e de municípios próximos. “Preenchemos a ausência do Poder Público. O nosso papel é, literalmente, levar o bem para estas pessoas, que não têm orientações sobre a patologia”, afirma o idealizador, Paulo Ribeiro.

Com 34 voluntários, a iniciativa sobrevive de doações e das vendas de bonecas de pano, feitas de forma artesanal por mulheres que moram no interior do Maranhão.

Para saber mais, acesse: [gashacolher.com.br](http://gashacolher.com.br).

&

# O FORO DE TERESINA ALCANÇOU A MARCA DE 10 MILHÕES DE DOWNLOADS.

O QUE ACONTECE EM BRASÍLIA  
NÃO FICA EM BRASÍLIA.

foro de  
**TERESINA**

O podcast de política da **piauí**.

Às sextas-feiras, a partir das 11h, no seu tocador preferido.



**piauí**  
RÁDIO  
NOVELO

Quer ver  
mais ciência  
na imprensa  
brasileira?

bori  
agência

A Bori conecta ciência e imprensa  
para incentivar a cobertura  
jornalística baseada em evidências.

Apoie a Bori.

[abori.com.br](http://abori.com.br) | [bori@abori.com.br](mailto:bori@abori.com.br)

